

**KLEBER LÔBO MATOS**

**O MERCADO DE TRABALHO DOS ECONOMISTAS – UMA  
ABORDAGEM A PARTIR DA EXPERIÊNCIA BAIANA (OU RMS)**

**SALVADOR**

**2001**

**KLEBER LÔBO MATOS**

**O MERCADO DE TRABALHO DOS ECONOMISTAS – UMA  
ABORDAGEM A PARTIR DA EXPERIÊNCIA BAIANA (OU RMS)**

**Monografia apresentada no curso  
de graduação de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como  
requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.**

**Orientador: Prof. José Carrera Fernandez**

**SALVADOR  
2001**

Kleber Lôbo Matos

O mercado de trabalho dos economistas – uma abordagem a partir da experiência baiana (ou RMS)

Aprovado em janeiro de 2001.

Orientador: \_\_\_\_\_

Prof. José Carrera Fernandez  
Faculdade de Economia da UFBA

\_\_\_\_\_  
Antônio Wilson Menezes  
Prof. Dr. Da Faculdade de Economia UFBA

\_\_\_\_\_  
Antônio Plínio Pires  
Prof. Dr. Da Faculdade de Economia da UFBA

## AGRADECIMENTOS

Nos estudos como na vida são muitos os desafios que enfrentamos rumo a novos horizontes. Nessa caminhada são muitas as dificuldades a enfrentar, motivadas muitas vezes pelos descréditos alheios, pela falta de solidariedade e paciência necessárias à concretização de sonhos. Mas, são nesses momentos que surgem “mãos amigas”, dispostas a acreditar e nos impulsionar a vencer. E é a todas essas pessoas que eu gostaria de manifestar toda a minha gratidão e reconhecimento.

Inicialmente, dirijo meus agradecimentos a minha família, em especial aos meus pais, Bernadete e Wellington, que sempre tudo fizeram por mim. Também à minha querida irmã e cunhado, Ciomara e Frederico Matos, pelo incentivo e apoio técnico que em muito contribuíram para a apresentação deste trabalho monográfico.

A todos os mestres que a cada contato puderam acrescentar-me algum conhecimento. Dentre estes mestres, desejo agradecer ao Sr. Antônio Plínio Pires, por seu carisma pessoal e por seu grande apoio ao meu trabalho. Sobretudo, agradeço ao meu mestre e orientador, Sr. José Carrera Fernandez, que se mostrando amigo, atento e paciente na concretização de um trabalho difícil e por vezes penoso, incentivou-me a seguir em frente sempre.

Aos funcionários da UFBA, alguns amigos e amigas com quem dividi minhas aflições e alegrias, agradeço pela boa vontade e paciência em empréstimos de livros e revistas, xérox.

Venho agradecer a todos os colegas de curso, mais especificadamente ao amigo Jefferson Almeida Assis, pelo seu imenso apoio nos momentos mais difíceis e decisivos, e ao amigo Acácio Sampaio dos Santos, pelo seu entusiasmo e incentivo constante.

Com relação a ajuda do CORECON, cabe aqui um agradecimento especial a pessoa do Sr. Wladimir.

E por fim a alguém muito especial da área, Andréa da Silva Gomes, alvo de minha profunda admiração e respeito por seu exemplo de profissionalismo e dedicação à carreira, que em muito me inspiram e conduzem-me.

## RESUMO

Esta presente monografia analisa a situação do mercado de trabalho dos economistas da Bahia, com destaque para a RMS, tendo como parâmetros revisões bibliográficas, uma pesquisa de campo aplicada e o processamento de modelos econométricos sobre as variáveis “renda” e “ocupação”. Inicialmente, analisa-se a realidade desses profissionais com destaque para as grandes transformações ocorridas diante da Nova Economia, do novo perfil estabelecido do economista, dos campos de atividade e atuação criados e do caráter diversificado de algumas instituições de ensino superior pesquisadas. Por fim, são analisadas as aplicações dos modelos econométricos explicativos, o *Logit* e o *Linear*, a fim de serem conhecidos os determinantes das variáveis consideradas neste estudo. Por fim, são traçadas todas as considerações e conclusões deste trabalho.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	8
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2 O MERCADO DE TRABALHO DOS ECONOMISTAS</b> .....	13
2.1 .O FIM DA POLITICA DESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O MERCADO DE TRABALHO DO ECONOMISTA.....	13
2.2 O MERCADO DE TRABALHO DO ECONOMISTA A NÍVEL NACIONAL E AS PERSPECTIVAS PARA O FUTURO.....	21
<b>2.2.1 Resultados Da Pesquisa</b> .....	22
<b>3 A DEMANDA POR ECONOMISTAS</b> .....	30
3.1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS POR ECONOMISTAS .....	30
3.2. RELAÇÃO DE ATIVIDADES E CAMPOS DE ATUAÇÃO.....	32
<b>4 A OFERTA DE ECONOMISTAS E O PAPEL REPRESENTADO PELAS UNIVERSIDADES</b> .....	36
4.1. A PROCURA PELO CURSO E AS DIVERSAS OPÇÕES DE INGRESSO EM UNIVERSIDADES E FACULDADES. ....	36
4.2. A FORMAÇÃO ACADÊMICA PROMOVIDA PELAS DIVERSAS UNIVERSIDADES E FACULDADES.E SEUS PONTOS DE APOIO .....	46
<b>5 A PESQUISA DE CAMPO E O PERFIL DO RENDIMENTO E DA OCUPAÇÃO DO ECONOMISTA</b> .....	55
5.1. METODOLOGIA EMPREGADA NA PESQUISA DE CAMPO .....	55
5.2. O PERFIL DOS ENTREVISTADOS .....	55
5.3. ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	58
<b>6 OS MODELOS E OS RESULTADOS ECONOMETRÍCOS</b> .....	63
6.1 OS DETERMINANTES DO RENDIMENTO DO ECONOMISTA .....	63

6.2 OS DETERMINANTES DA OCUPAÇÃO DO ECONOMISTA .....	67
6.2.1 Ajuste do modelo.....	69
6.2.2 Avaliação dos coeficientes estimados.....	70
6.2.3 Descrição das Variáveis.....	70
7 CONCLUSÕES.....	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	78
ANEXOS MODELO DE QUESTIONÁRIO APLICADO.....	83

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Distribuição por Sexo (%).....	22
TABELA 2 - Distribuição por Faixa Etária (%).....	22
TABELA 3 - Distribuição por Estado Civil (%).....	23
TABELA 4 - Domínio de Línguas Estrangeiras (%).....	23
TABELA 5 - Ocupações exercidas por economistas (%).....	24
TABELA 6 - Principais atividades desenvolvidas (%).....	25
TABELA 7 - Áreas do Conhecimento mais utilizadas (%).....	26
TABELA 8 - Empresas que os economistas se inserem (%).....	27
TABELA 9 - Rendimentos dos economistas brasileiros (%).....	28
TABELA 10 - Rendimento Médio por Faixa de Idade.....	28
TABELA 11 - Rendimento médio e Formação Acadêmica.....	29
TABELA 12 - Relação entre Horas Semanais e Salário Médio.....	29
TABELA 13 - Relação dos 10 cursos com maior n.º de vagas no Brasil em 1998.....	37
TABELA 14 – Relação dos 10 cursos com maior n. de matrículas e concluintes no Brasil em 1998.....	37
TABELA 15 - Relação dos cursos com maior n.º de vagas no Nordeste em 1998.....	38
TABELA 16- Relação dos 10 cursos com maior n. de matrículas e de concluintes no Nordeste em 1998.....	38
TABELA 17- Instituições de ensino superior presentes na Bahia no período de 94 –99....	39
TABELA 18- Relação candidatos/vagas no vestibular da instituições de ensino superior na Bahia a ministrar o curso de economia no período 94-99.....	42
TABELA 19- Bahia, n. ° de inscritos para o vestibular de economia nas diversas instituições de ensino superior no período de 1994-98 – em percentual.....	44
TABELA 20 - Avaliação das instituições de nível superior a oferecer o curso de economia, conforme titulação da docência; organização didática – pedagógica e instalações, na Bahia em 1999.....	49

TABELA 21- Número de graduandos presentes ao ENC/2000_Economia por dependência administrativa no Nordeste.....	50
TABELA 21 - Resultados do provão para o curso de economia nas cinco instituições avaliadas pelo ENC 2000.....	52
TABELA 22– Relação do número de docentes e do percentual da titulação de cada uma das instituições avaliadas no ENC 1999/2000 na Bahia.....	51
TABELA 23 – Desempenho da Faculdade de Ciências Econômicas da Ufba no Provão 2000 em comparação com as diversas regiões avaliadas.....	53
TABELA 24 - Os determinantes do Rendimento dos economistas na Bahia.....	59
TABELA 25 - Os determinantes da ocupação dos economistas na Bahia.....	62
Tabela 26 - Determinantes do Rendimento dos Economistas.....	65
TABELA 28 - Os determinantes de um economista exercer sua ocupação atual na área de economia.....	72

## 1 INTRODUÇÃO

Muitas são as transformações acontecidas na economia mundial com reflexos diretos sobre o mercado de trabalho dos economistas brasileiros. Sobre essa situação aqui no Brasil, muitos debates tem acontecido com opiniões que abordam os novos caminhos para os profissionais de economia e suas realizações futuras.

O eixo central desses debates porém enfatiza a ameaça constante do desemprego que se estende sobretudo para aqueles profissionais cujo fator qualificativo não atende as necessidades do mercado de trabalho.

A verdade dos fatos paira sobre várias questões que muito se ouve e se vê na mídia, seja ela especializada ou não. Alguns afirmam que o principal foco desencadeador das mudanças observadas no mercado de trabalho dos economistas estariam ligadas diretamente ao novo contexto político–econômico assumido pelos países em desenvolvimento cujas políticas adotadas restringiriam a criação de novos postos de trabalho assim como eliminaram outros tantos, outros atribuem a questão aos grandes avanços competitivos das empresas e a uma cobrança cada vez maior em termos de qualificação profissional, outros ainda tecem considerações com respeito as condições de oferta e demanda dos profissionais de economia e seu embate com o mercado hoje.

Assim apesar da enorme diversidade de idéias sobre as transformações acontecidas no mercado de trabalho dos economistas, o período que compreende este bloco fica estabelecido a partir do anos 90.

O mundo mudou trazendo consigo importantes alterações nas políticas econômicas e sociais adotadas pelos diversos países do globo. O destaque aqui cabe a influência que estas alterações provocaram no Brasil a partir dos anos 90 em que iniciará o mandato presidencial do Sr. Fernando Collor de Mello.

Com relação aos novos padrões de competitividade e exigências profissionais nas empresas a mola mestra aponta para a abertura econômica propiciada pelo “novo” plano político-econômico desenhado no Brasil a partir dos anos 90.

A questão da demanda dos profissionais de economia orienta para as atividades e campos de atuação que lhes são inerentes e para aquilo que se julga propício ao mercado.

Da mesma forma que na questão da demanda, o enfoque que se dá na questão da oferta avalia as instituições de ensino superior por base na sua inter-relação entre a formação apresentada pelo economista e sua aceitação perante o mercado.

Este estudo objetiva relacionar os vários fatores componentes do mercado de trabalho dos economistas com destaque para as influências da Nova Economia; das atividades e campos de atuação correlacionados; dos papéis creditados as instituições de ensino superior . O destaque fica por conta da pesquisa aplicada sobre uma amostra de 160 economistas baianos entrevistados. Nesse estudo o mercado de trabalho fala dos economistas baianos, mais especificadamente daqueles domiciliados na RMS.

Em se tratando de um trabalho monográfico sobre um tema tão relevante, vale ressaltar o seu pioneirismo diante mesmo de uma série de dificuldades, que se mostram na quantidade e qualidade de dados ou informações relativas ao mesmo, assim como na escassez em que muitos desses dados aparecem demandando do autor muitos esforços principalmente os relacionados a custos financeiros.

O presente trabalho, composto por sete capítulos, constitui-se por revisões bibliográficas, pesquisa de campo, apresentação de resultados e análises, para enfim traçarem-se conclusões.

No capítulo 1 faz-se a apresentação sucinta do trabalho, demonstrando e delimitando os assuntos e o problema abordado.

O capítulo 2 descreve segundo a visão de diversos autores, o mercado de trabalho do economista, suas perspectivas futuras, destacando o reflexo da Nova Economia sobre o mesmo; e a exposição do perfil do economista brasileiro, segundo pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Economia (COFECON).

O capítulo 3 continua efetivando revisão bibliográfica, mas atendo-se a uma abordagem focada na demanda por economistas, apresentando as principais atividades desenvolvidas por eles e seus respectivos campos de atuação.

No capítulo 4 é descrita a oferta de economistas, fazendo reverência ao papel representado pelas diversas instituições de ensino superior existentes no Estado da Bahia.

Os resultados apurados compõem o capítulo 5, demonstrando a realidade vivenciada pelos economistas com o perfil do economista apurado pela pesquisa, e as análises de seus resultados.

O capítulo 6 contém as descrições relativas aos modelos teóricos econométricos aplicados sobre as variáveis apuradas na pesquisa em conformidade com a determinação dos fatores relativos aos rendimentos e ocupações dos economistas.

O capítulo 7 contém as conclusões e considerações finais relativas ao trabalho, onde são descritos os resultados econométricos de uma pesquisa direta e são analisados vários pontos do tema com reforço de revisões bibliográficas feitas com respeito ao assunto.

## **2. O MERCADO DE TRABALHO DOS ECONOMISTAS**

Este capítulo enfoca as diversas transformações acontecidas no mercado de trabalho do economista segundo a influência da Nova Economia e, ainda caracteriza o perfil dos economistas brasileiros segundo o Conselho Federal de Economia (COFECON).

### **2.1 O FIM DA POLITICA DESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O MERCADO DE TRABALHO DO ECONOMISTA**

Os anos 90 representaram para o Brasil o fim da Política Desenvolvimentista ou a ruptura com os sistemas nacionais de proteção.

O modelo Desenvolvimentista surgiu na última ditadura militar e tinha como ideal promover a industrialização da economia brasileira com base no fortalecimento do papel do Estado, no endividamento externo, na substituição das importações, na instalação de multinacionais atendendo a demandas do mercado interno e na manutenção de superávites na balança comercial, tudo isso numa economia fechada.

Com a crise internacional desencadeada em meados da década de 70 esgota-se o projeto desenvolvimentista na forma como esse era sustentado politicamente e financiado economicamente.

Politicamente a ditadura é cada vez mais rechaçada pela sociedade civil através dos movimentos populares, das oposições sindicais combativas, dos movimentos eclesiais, dentre outros. Pelo lado econômico, a estrutura produtiva vai envelhecendo, o fluxo positivo da poupança se inverte em função do crescimento da dívida externa, a hiperinflação avança a “passos largos” e a economia vai ficando cada vez mais estagnada.

Assim em meio a esta crise econômica, já no final dos anos 80 surgem duas correntes alternativas de desenvolvimento: o neoliberalismo, que associava a redemocratização a “minimalização” do setor público e a desregulamentação da economia e a corrente do socialismo democrático de conotação popular e de visão moderada em matéria de intervenção estatal.

Com a eleição do presidente José Sarney (1985-1989) dar-se início a transição do modelo desenvolvimentista autoritário estatal para o neoliberal. O neoliberalismo no Brasil foi exercido mais na esfera política do que econômica. Nesse período a inflação cresce a níveis cada vez maiores e a reforma tanto do estado como do aparelho administrativo mantêm-se “engavetada”.

Com a eleição de Collor de Mello em 1989 o neoliberalismo se instala definitivamente no Brasil. Através de seu governo os idéias neoliberais são mais perseguidos tendo como destaque o projeto de privatizações das estatais, a questão da abertura econômica e inserção do país na economia mundial, a estabilização da moeda via ancora externa, etc.

Nessa fase todas as mudanças anunciadas pela economia global com o arcabouço do neoliberalismo refletem-se no Brasil, nas empresas e empregos aqui existentes. Em Amorim (1995) esta situação é descrita com riqueza de detalhes.

“(…) O Estado reduziu os gastos, a desregulamentação da economia avançou, a instabilidade é agora a regra. Estes fenômenos se dão no contexto da globalização da economia, respeitando portando, também ao Brasil. O mercado encolheu, concentrou renda e rejeita a produção em massa. A redução do emprego para profissionais qualificados está na ordem do dia. As empresas aderem à prática do “downsizing”, da “qualidade”, “reengenharia”, etc., eliminando níveis hierárquicos intermediários. Há um acirramento geral da competição, tanto para as empresas, como para a mão-de-obra qualificada. Estamos diante de uma alteração no mercado de trabalho: impõe-se regimes e contratos mais flexíveis, o profissional “sênior” não é mais assalariado, vende um serviço à empresa, virou um consultor (…)” (Amorim; 1995, p.6).

No Governo Collor os impactos dos ideais neoliberais são mais sentidos entre as empresas e empregos brasileiros como bem apresenta Nascimento (1996).

“(…)A mudança nos padrões de emprego que ocorre no Brasil foi abrupta. Até a posse de Fernando Collor de Mello, em 1990, a economia era fechada. Os empresários não pensavam em produtividade porque não havia concorrência. Não ligavam tanto para temas como custos, técnicas modernas de gerência e de produção. Quando se rompeu a bolha protetora, apareceu toda a ineficiência de suas empresas e os brasileiros passaram a experimentar modificações que os trabalhadores de outros países como os americanos já vinham amargando há muito tempo. O empresário aprendeu a cortar o excesso de intermediários entre o diretor e o operário. Essa classe de retransmissores de ordens os gerentes foi praticamente decapitada. “(Nascimento & Ferreira, 1996)

Em 1992, findado o Governo Collor; após seu impeachment, passa a assumir o cargo, o então Vice-Presidente da República, Sr. Itamar Franco que tratou somente de manter a política iniciada pelo seu antecessor. Após este governo, toma posse o então Ministro da Fazenda, Sr. Fernando Henrique Cardoso, que tratou tão somente de aprofundar as medidas já introduzidas na era Collor, acirrando os problemas gerados por elas.

Dentre as medidas do Governo FHC, as que mais afetaram aos economistas foram: a Reforma Econômica, que em síntese reduzia a participação do Estado na economia, através das privatizações das empresas e serviços estatais; e a Reforma Administrativa que visava essencialmente corte de pessoal.

“(…) Passando mais para aspectos mais típicos do País, houve nas duas últimas décadas uma grande queda de demanda de economistas por parte do setor público, para isso contribuindo a crise financeira deste, com reflexos nas universidades e nos institutos de pesquisa que financia, bem como a decadência das empresas estatais, com sua existência ameaçada pela idéia de privatização. Houve também os altos e, mais recentemente, os baixos de uma profissão muito associada a muitos planos e outras medidas governamentais que não conseguiram dar solução mais definitiva aos graves problemas econômicos e sociais do Brasil, (...)”.(Macedo, 1996, p.9)

Outro fator de eliminação de postos de trabalho, foi o processo da estabilização da economia instituído no governo FHC. A justificativa para isso, era que naquela época muitos economistas viam na inflação um filão de emprego e com a estabilidade foram

demitidos. Ao mesmo tempo conforme (Saldanha ; Tognoni, 1997) , esse processo exerceu uma grande atratividade para aqueles profissionais capacitados a atuar nas grandes corporações financeiras pois surgiam novas oportunidades de atuação dos economistas com a entrada no país de suas representações de grandes corporações financeiras.

Em Saldanha; Tognoni (1997) fica constado a perda de espaço dos economistas no mercado de trabalho entre os anos de 1996 e 1995. Como prova disso os autores apresentaram uma pesquisa realizada por duas grandes empresas especializadas em recrutamento, o Grupo Catho - Consultores em Recursos Humanos e a Manager Assessoria em Recursos Humanos. Nessa pesquisa, o fundador do Grupo Catho Tomas Case afirma categoricamente “ Antes do Plano Real havia predominância da procura por profissionais ligados à finanças. Com a estabilidade, as empresas passaram a procurar mais os executivos de vendas, marketing e produção, tendência que deve se manter durante 97”. A Manager Assessoria complementa afirmando através do seu presidente Ricardo Almeida P. Xavier que: “Com inflação alta , as empresas queriam ou captar ou aplicar dinheiro, além de fazer acompanhamento dos índices econômicos. Mas a estabilidade mudou a preocupação e o foco agora é o controle de preços e administração de custos.”

O índice de desemprego destes profissionais sofreu também da influência da política econômica adotada pelo Governo Federal. Com a elevação das taxas de juros a fim de controlar a inflação o Governo ao mesmo tempo dificultava o acesso das empresas ao crédito bancário, a manutenção dos negócios e a contratação de novos profissionais.

“Não são as condições institucionais do mercado de trabalho, mas sim a política macroeconômica (de abertura descontrolada, juros altos e câmbio sobrevalorizado) e seus reflexos na dinâmica do sistema produtivo, bem como a ausência de uma política de desenvolvimento, proteção, financiamento e reestruturação econômica e social os fatores determinantes da evolução do emprego e das condições de uso(...)” . (Tavares,1996).

Para as empresas, a abertura da economia representou uma busca cada vez maior por competitividade não tão somente a nível local, mas principalmente a nível global.

Como consequência dessa competição desenfreada e acirrada, o capital humano passou a ser o principal referencial, na medida que as inovações tecnológicas não representam mas o diferencial competitivo.

No período da Política Desenvolvimentista, o capital humano não tinha tanta importância, visto que todo o trabalho era especializado, o número de informações era menor e ainda se limitavam a um domínio específico, era o chamado modelo Fordista.

No modelo fordista os agentes econômicos adotavam a política do “full employment”, ou seja do pleno emprego. No modelo pós-fordista a política utilizada é a do “employability” ou contratação de acordo com as habilidades do empregado. Como se vê o mercado de trabalho hoje mudou e passou a exigir cada vez mais dos seus profissionais.

“Não são poucos os exemplos de empresas, principalmente as grandes, que introduziram novas tecnologias, assim como implementaram novas formas de organização da produção e do trabalho, para aumentar a produtividade e a competitividade dos seus produtos, provocando uma forte queda do número de trabalhadores empregados no seu quadro de pessoal (...) Se, por um lado, a fábrica do futuro acaba com aquelas ocupações repetitivas e mecânicas que pouco engrandeciam a personalidade do indivíduo, por outro lado, ela elimina uma série de ocupações qualificadas como as de técnicos, gerentes e engenheiros. Segundo Rifkin, sobrevirá no mercado de trabalho somente uma elite de profissionais (...)” (Pero, 1996)

Atualmente a competição entre as empresas juntamente com o avanço das privatizações e a entrada de novas empresas no país tem gerado uma série de reestruturações organizacionais que em muito tem afetado a vida dos profissionais qualificados, entre eles os economistas.

Pesquisa<sup>(1)</sup> elaborada por uma das maiores empresas de consultoria do mundo, a PricewaterhouseCoopers (PwC) constata esta verdade, através de um amplo processo de entrevistas a executivos e empresários dos quatro países da América do Sul, cujos dados apontam que: “96% das empresas brasileiras estão passando por processos de mudança

---

<sup>1</sup> Foi um trabalho coordenado por *Olga S. Colpo*, e que recebeu o título de *Primeiro Estudo de Melhores Práticas e Tendências na Gestão de Pessoas*, matéria publicada na revista Carta Capital, do mês de março de 2000, cfe. referencias bibliográficas anexas

organizacional, 48% indicam mudanças na liderança, 45% falam de mudança no RH e 42% passaram ou passam por implantações de sistemas integrados”.

A pesquisa também aponta para uma estabilidade a médio prazo no número de demissões e indica uma nova tendência com relação aos profissionais qualificados, a de que não só agora como no futuro, estes atuarão não mais no escritório da empresa e sim em suas próprias casas. As novidades ficam por conta do teletrabalho; da carga horária parcial ou flexível e da existência dos funcionários não efetivos.

Dentre dos inúmeros conceitos mais discutidos atualmente encontra-se aquele que fala da empregabilidade. A empregabilidade poderia ser definida como o “passaporte especial” ou seja a capacidade de gerar trabalho, de trabalhar, de ganhar e manter-se sempre empregado

Diante de uma concorrência crescente, as empresas descobriram a necessidade imperiosa de concentrar esforços nos seus padrões de competitividade, cujo fator mais importante seria o humano. De acordo com este raciocínio, não bastaria apenas realizar mudanças organizacionais (diminuição dos cargos de chefia e/ou a pirâmide da empresa) seria fundamental agregar ao seu quadro de pessoal, um profissional bastante diferenciado e altamente qualificado.

O profissional “ideal”, ou seja aquele ambicionado pelas empresas teria os seguintes pontos de enquadramento: visão sistêmica e generalista; facilidade nos relacionamentos interpessoais e nos trabalhos desenvolvidos conjuntamente (equipes multidisciplinares); cultura diversificada e visão de mundo que os credenciem a viajar para diversas partes do mundo e a interagir com variados clientes e colaboradores. No aspecto técnico, excelente formação acadêmica, amplo domínio em línguas (mínimo três), larga experiência na área em que for atuar e habilidade no manuseio de ferramentas da microinformática.

Com relação aos economistas, afirma Araújo (2000), não há uma discriminação por parte do mercado, mas sim uma disputa acirrada entre diversos profissionais como administradores e engenheiros que estão levando vantagens por contarem com uma gama maior de especialidades comparativamente aos centros de formação de economistas.

Enquanto que os administradores contam com 33 especializações os economistas não contam com nenhuma. Sobre isso também afirma Nunes (1995):

“O mercado está carente de economistas de elevado gabarito. Porém, pelo academicismo imposto, e apesar da duração de cinco anos, o curso proporciona, basicamente, a formação de “clínicos gerais”. Na maioria das vezes, com bases teóricas defasadas e, exceções à parte, sem qualquer preparo profissional.(...). A título de ilustração, porque não reformar o curso de Economia, capacitando-o a semelhança do de administração – para a formação básica em quatro anos? O quinto ano (ou até mais) seria dedicado à profissionalização do estudante. Neste período, o formando tornaria-se habilitado em determinado ramo de aplicação da Economia. Entre outros, em Análise Econômica, Economia e Finanças das Empresas, Projetos,(...). Com isto, incrementar-se-iam as aptidões, como o aumento da competência profissional, ao tempo em que seriam preenchidas as necessidades do mercado.”(Nunes, 1995, p.9)

Segundo Lacerda (1995) a perda de espaço dos economistas com relação aos engenheiros se justifica na pouca especialização destes primeiros. Sobre a solução, ele aponta a continuada especialização destes profissionais, principalmente naquelas áreas ditas mais sofisticadas como o mercado de capitais financeiros em que muitas das vezes os economistas estão despreparados.

Outra questão segundo Araújo (2000) diz respeito as limitações de mercado enfrentadas pelos os economistas como explica.

“(...)A busca habitual por emprego pelo economista é de realização de projetos e gerência financeira. A primeira de exclusividade inequívoca do economista tem limitações de mercado. O projeto não é obrigatório para as empresas salvo se ela pleiteia incentivos fiscais ou empréstimos de médio ou longo prazo junto a bancos oficiais. A segunda sofre concorrência desigual. A falta de especialização ou de concentração do curso nessa atividade não permite competir com os administradores.”(...)

Uma outra questão a se frisar, é que hoje o mercado não trabalha mais com profissões e sim com “atividades e competências”, onde os critérios de exigibilidade servem de parâmetros para todos os profissionais de nível superior, incluindo-se aí os economistas.

Zanuzzi ( 2000) afirma que todos sempre encararam o canudo como o passaporte para o exercício de uma profissão, inclusive Ben Verwaayen, o prestigiado *vice-chairman* da Lucent que também pensava dessa maneira quando ingressou na faculdade. Porém ele foi o primeiro a dizer que não se pode mais pensar desta maneira "Hoje não se trabalha mais com profissões, mas com atividades", sustenta Verwaayen, acrescentando, para ser mais claro: Eu sou um exemplo disso. Ele mesmo cientista político de formação e ocupando o cargo de *vice-chairman* numa das maiores empresas de tecnologia do mundo

Conforme Pastore (1997), mesmo para aquelas instituições financeiras, a exemplo dos Bancos, que teoricamente seriam redutos de economistas, seus profissionais não mais são selecionados por formação acadêmica mas sim a partir de testes ou seleções que demonstrem sua competência e qualificação. Exemplo disso foi a seleção realizada no Banco Bozano Simonsen cujos critérios adotados permitem que qualquer um com uma educação universitária possa ter o direito de participar dos testes para o mercado financeiro. Assim, dos 467 inscritos para a seleção no mês de julho passado, apenas seis foram contratados. Deles, apenas um era economista, da Universidade de Campinas, a Unicamp e os outros quatro administradores e apenas um formado em informática.

Como forma de melhor entender as realidades que tem cercado o mercado de trabalho dos economistas fica a exposição no capítulo subsequente da pesquisa realizada pelo COFECON.

## 2.2 O MERCADO DE TRABALHO DO ECONOMISTA A NÍVEL NACIONAL E AS PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

Neste ponto serão utilizados dados basicamente referentes à pesquisa desenvolvida pelo COFECON (1997), com fins de melhor discorrer sobre uma problemática que afeta a todos os economistas brasileiros, ou seja seu mercado de trabalho e suas perspectivas de realizações futuras.

Para a realização da pesquisa em 1997, o COFECON enviou diversos formulários aos CORECONS que com isso criaram suas amostras com base nos registros dos diversos perfis de economistas existentes. A única diferença coube aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro cujas amostras estatísticas foram estabelecidas aleatoriamente e cuja cobertura alcançou 26,5% dos economistas inscritos.

A única ressalva feita na pesquisa, foi com relação ao retorno dos formulários dos estados da região Norte, cujos resultados devem ser considerados com a devida prudência.

Com relação a utilização destes dados, o autor procurou identificar aqueles cuja relevância se fez mais presente em relação ao mercado de trabalho dos economistas. Como forma de compreender as grandes diferenças existentes entre economistas do Brasil como um todo, do Sudeste e do Nordeste foram criadas várias tabelas em que estas três regiões são comparadas e analisadas.

### 2.2.1 Resultados Da Pesquisa

TABELA 1 - Distribuição por Sexo (%)

<b>Discriminação</b>	<b>Brasil</b>	<b>Sudeste</b>	<b>Nordeste</b>
Masculino	82,3	82,1	80,0
Feminino	17,70	17,90	20,0

Fonte: COFECON (1997)

De posse dos dados da Tabela 1 fica constatado a predominância dos homens na profissão de economista e a relativa diferença existente entre homens e mulheres da região Nordeste em comparação com as outras.

TABELA 2 - Distribuição por Faixa Etária (%)

<b>Discriminação</b>	<b>%</b>
Até 24 anos	1,3
De 25 a 29 anos	9,2
De 30 a 39 anos	31,8
De 40 a 49 anos	33,5
De 50 a 59 anos	20,1
Mais de 60 anos	4,1

Fonte: COFECON (1997)

O maior número de profissionais (65,3%) se situa entre as faixas etárias de 30 a 39 anos (31,8%) e 40 a 49 anos (33,5%). Para os de meia-idade o índice percentual alcança (20,1%) da amostra pesquisada. Com estes resultados o economista pode ser considerado um profissional de idade madura.

TABELA 3 - Distribuição por Estado Civil (%)

<b>Discriminação</b>	<b>%</b>
Casados	73,0
Solteiros	20,5
Divorciados ou viúvos	6,5

Fonte: COFECON (1997)

O maior contingente de economistas, ou seja 73% são representados pelos casados vindo a seguir os solteiros com 20,27% e os divorciados ou viúvos com 6,5%. Uma vez que a média de idade dos economistas é de 42,4 anos não fica difícil de entender estes resultados.

TABELA 4 - Domínio de Línguas Estrangeiras (%)

<b>Discriminação</b>	<b>Brasil</b>
Inglês	51,8
Espanhol	32,2
Francês	12,8

Fonte: COFECON (1997)

A língua estrangeira predominante entre os economistas é o inglês com 51,8%, seguido do espanhol com 32,2% e do francês com 12,8%.

TABELA 5 - Ocupações exercidas por economistas (%)

<b>Discriminação</b>	<b>Brasil</b>	<b>Sudeste</b>	<b>Nordeste</b>
Empregados com carteira assinada	43,5	52,2	37,2
Empregados sem carteira assinada	2,8	2,4	3,7
Funcionários públicos	26,9	16,0	35,0
Empregador	10,4	11,7	7,9
Autônomo	9,6	10,4	8,7
Dos que procuram emprego	2,1	2,4	2,7
Dados perdidos	4,7	4,8	4,9

Fonte: COFECON (1997)

Dos profissionais que possuem carteira assinada os economistas brasileiros aparecem com 43,5%, acima dessa média destacam-se os da região Sudeste com 52,2%, e abaixo da mesma média os economistas da região Nordeste com 37,2%. Diante do nível de desenvolvimento da região Sudeste, estes resultados em nada surpreendem. O que mais impressiona é o resultado da região Nordeste em comparação com a média brasileira cujas diferenças retratam o atraso significativo dessa região.

Na ordem inversa, aparecem aqueles economistas que trabalham sem carteira assinada cujos resultados apontam para a liderança do Nordeste 3,7% diante dos economistas sulistas 2,4% e do país 2,8%. Novamente, um retrato do pouco desenvolvimento econômico da região e da baixa qualificação da maioria de seus profissionais.

Em relação aos economistas que são funcionários públicos, o destaque cabe ao Nordeste com 35% seguido pelos economistas nacionais 26,9% e pelos economistas da região Sudeste 16%. Naquelas regiões onde o desenvolvimento econômico é menor a presença do setor público abriga grande número de profissionais.

Com relação aos que são empregadores e autônomos, novamente os percentuais favorecem os economistas nacionais e da região Sudeste. No primeiro caso a ordem segue Sudeste 11,7%, Brasil 10,45% e o Nordeste com 7,9%. Para os autônomos a situação não é diferente, a ordem prevalece com os seguintes números 10,4%, 9,6% e 8,7%.

TABELA 6 - Principais atividades desenvolvidas (%)

<b>Discriminação</b>	<b>%</b>
Planejamento ou Gestão Contábil e Financeira	16,5
Planejamento ou Gestão Empresarial ou Organizacional	14,7
Comercialização ou Marketing	7,6
Análise de Investimentos e de Aplicação Financeira	7,2
Ensino, Treinamento e Reciclagem profissional	6,5
Elaboração de Projetos de Investimento	6,2
Pesquisa e Diagnósticos Sócio-Econômicos	6,1
Análise de Conjuntura e Previsão Econômica	5,7
Planejamento ou Gestão de Recursos Humanos	4,9
Estudos e Pesquisas de Mercado	4,3
Planejamento ou Gestão da Produção	2,5
Desenvolvimento de Novos Processos e Produtos	2,5
Outras	15,3

Fonte: COFECON (1997)

Entre as atividades que os economistas exercem com maior frequência estão o planejamento ou gestão financeira 16,5% e o planejamento ou gestão empresarial com 14,7%, mas existem ainda importantes contingentes de economistas exercendo posições nas seguintes áreas como: Comercialização ou Marketing 7,6%; Análise de Investimento e de Aplicação Financeira 7,2%; Ensino, Treinamento e Reciclagem profissional 6,5%; Elaboração de Projetos de Investimento 6,2%; Pesquisa e Diagnóstico Sócio-Econômico 6,1%.

TABELA 7 - Áreas do Conhecimento mais utilizadas (%)

<b>Discriminação</b>	<b>%</b>
Preços e inflação	14,2
Mercado Financeiro	13,8
Economia Regional	9,6
Finanças Públicas	9,3
Economia dos Serviços	8,4
Desenvolvimento Econômico e Social	7,0
Economia Industrial	6,3
Economia Internacional	4,8
Mercado de Trabalho	4,0
Economia Agrícola e da Agroindústria	4,0
Economia da Tecnologia e da Inovação	3,3
Infra-estrutura Econômica	3,2
Contas Nacionais	2,2
Economia do Meio Ambiente	1,7
Outras	8,2

Fonte: COFECON (1997)

Os conhecimentos mais utilizadas pelos economistas são aquelas relacionadas a preços e inflação 14,2%, mercado financeiro 13,8%, economia regional 9,6% e finanças públicas 9,3%.

TABELA 8 – Inserção dos Economistas por empresas – Em percentagem

<b>Discriminação</b>	<b>Brasil</b>	<b>Sudeste</b>	<b>Nordeste</b>
Empresas Privadas	39,0	51,4	30,8
Empresas Públicas	22,7	16,8	25,3
Estabelecimentos de Ensino Superior	6,7	6,3	7,9
Industriais	12,3	16,9	9,6
Serviços de utilidade pública	6,6	5,5	6,5
Comércio	7,7	9,0	6,7
Consultoria	7,6	8,4	6,4
Intermediação Financeira	11,3	13,5	9,1

Fonte: COFECON (1997)

Com relação as empresas privadas fica caracterizado a presença marcante dos economistas do Sudeste que respondem sozinhos por 51,4% das vagas existentes na sua região; no caso das empresas públicas seguem os economistas do Nordeste na liderança com 25,3%, superando inclusive a média nacional 22,7%.

A diferença fundamental entre estas 3 regiões pesquisadas fica evidenciado com a presença do setor público na vida dos nordestinos; na participação mais do que marcante dos setores privados no Sudeste e nas diferenças acentuadas entre as regiões brasileiras.

TABELA 9 - Rendimentos dos economistas brasileiros (%)

<b>Discriminação ( R\$)</b>	<b>%</b>
Até 336	2,2
Mais de 336 até 560	4,3
Mais de 560 até 1.120	13,4
Mais de 1.120 até 2.240	26,5
Mais de 2.240 até 5.600	37,7
Mais de 5.600 até 11.200	11,6
Mais de 11.200	4,3

Fonte: COFECON (1997)

O economista se comparado a muitos de nível superior, pode se dizer que é razoavelmente remunerado. Seu rendimento médio mensal é de R\$ 3.756,60. O rendimento mais freqüente, ou moda, se situa entre mais de R\$ 2.240 e R\$ 5.600, tendo como mediana R\$ 2.560,80.

TABELA 10 - Rendimento Médio por Faixa de Idade

<b>Discriminação</b>	<b>Rendimento médio (R\$)</b>
Até 29 anos	1.780,00
Mais 30 a 49 anos	3.557,30
Mais de 50 anos	5.113,20

Fonte: COFECON (1997)

De acordo com a tabela 10 fica comprovada a relação direta entre experiência e rendimentos. Ou seja, quanto maior for a experiência do economista maiores serão seus rendimentos com isso os economistas de meia idade ganham em média o dobro em relação aos mais jovens e os economistas mais experientes ganham 45% acima dos profissionais de meia-idade.

TABELA 11 - Rendimento médio e Formação Acadêmica

<b>Discriminação</b>	<b>Rendimento Médio (R\$)</b>
Graduado	3.397,10
Especializado	3.962,90
Mestrado	4.248,80
Doutorado	5.819,60

Fonte: COFECON (1997)

Os dados da tabela 11 apresentam a relação direta entre os rendimentos e o grau de formação acadêmica isso comprova que economistas mais qualificados com frequência são melhores remunerados. Por exemplo, os mestres ganham em média 25% acima dos graduados e os doutores ganham mais de 37% em relação aos mestres.

TABELA 12 - Relação entre Horas Semanais e Salário Médio

<b>Discriminação</b>	<b>Horas Semanais (h)</b>	<b>Salário Médio (R\$)</b>
Brasil	41,9	3.756,60
Sudeste	42,3	4.437,10
Nordeste	41,5	2.944,60

Fonte: COFECON (1997)

O confronto entre as horas semanais trabalhadas e os rendimentos auferidos pelos diversos economistas das regiões pesquisadas apontam para enormes diferenças quando comparados os economistas do Nordeste com os do Sudeste.

### 3 A DEMANDA POR ECONOMISTAS

Este capítulo abordará as atividades e campos de atuação relativo aos economistas procurando identificar as mudanças acontecidas e as novas oportunidades.

#### 3.1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS POR ECONOMISTAS

Falar das atividades do economista é tratar antes de mais nada de um profissional de formação bastante eclética, o que por se só permite o discernimento em várias áreas, as quais demandam um profissional generalista e por isso mesmo detentor de uma formação de amplo espectro. Isso pode ser observado na entrevista concedida pelo presidente do COFECON, ao jornal dos economistas, quando diz:

“A profissão de economista não é apenas mais uma profissão. Ela é uma formação, ela é na verdade uma preparação. Os cursos de Economia formam profissionais capazes de pensar e agir. Neste sentido, os economistas trabalham em áreas bem distintas e difusas no que chamamos de uma área cinza, na que também exercem atividades engenheiros, administradores e contadores - uma área que não é muito bem definida. Mas que, a meu juízo, um bom curso de Economia permite que seu profissional tenha um desempenho muito bom dentro desse tipo de área.” (Prado, p.8-9,1998).

Por ser um profissional de ampla formação teórica, em que o peso do raciocínio abstrato é muito desenvolvido, os economistas conseguem engendrar por áreas bem distintas, como aquelas ligadas as questões de elaboração de planos administrativos, financeiros e econômicos; atuando respectivamente em bancos e financeiras, empresas de seguros, cooperativas de crédito e agrícolas, agências de fomento, empresas de planejamento industrial e públicas, bolsas de valores, entidades de classe, corretoras, comércio internacional, dentre outras mais, sendo possível com isso atuarem também como profissionais liberais e exercerem seus profundos conhecimentos na área acadêmica.

O economista pode atuar ainda nas áreas de planejamento dos setores público e empresarial, gestão financeira, elaboração e análise de projetos (econômico-financeira de vários tipos e de qualquer natureza), em análise de conjuntura, bancos de investimento, corretoras e distribuidoras, em bancos comerciais tradicionais ainda, em empresas de

seguros, cooperativas de crédito e agrícolas, agências de fomento, empresas de planejamento industrial e públicas, bolsas de valores, entidades de classe e outras correlatas

Citando o exemplo para o caso da instalação da FORD aqui na Bahia, um economista ou uma equipe responsável teria como principal função realizar estudos preliminares de implantação, localização de fatores, análise e pesquisa de mercado; servindo-se de vários instrumentais que sejam:

- a) Orçamento e estimativas relativas a fatores como custos, preços, tarifas e quotas;
- b) análise e projeção de fluxo de caixa;
- c) estudos de viabilidade econômica, rentabilidade, liquidez, lucratividade e demonstrativos de lucros e prejuízos;
- d) formas de organização, dentre mais.

Dentro da área Macro e Micro ainda poderiam realizar estudos e análises, utilizando-se de vários campos, como por exemplo:

- a) de projetos, planos, programas, dentre outros;
- b) das contas nacionais, produto, renda nacional e das famílias, dentre mais;
- c) das curvas de oferta e procura, de mercados potenciais ou efetivos – de investigações referentes a produtores, revendedores, etc.
- d) de políticas econômico-financeiras de setores da economia, do comércio internacional (importações/ exportações), da balança comercial, etc;
- e) de como elevar ou conter o desenvolvimento, crescimento econômico e social;
- f) de estudos conjunturais, de tendências, de variações sazonais, de ciclos e por fim de flutuações;
- g) de como se formam e se constróem os preços, o valor, os custos e as diversas tarifas;
- h) de como aumentar a produtividade, a lucratividade, a rentabilidade, a eficiência marginal do capital e por fim a liquidez;
- i) como melhor encaminhar a política monetária, tributaria, aduaneira, de incentivos, etc.;
- j) pertinentes ao mercado de capitais, de investimentos, de crédito, de poupança, de orçamentos, etc.;

- k) do nível de ocupação, de emprego, da melhor política salarial à aplicar, do custo de vida, de como regular do mercado de trabalho, etc.;
- l) das diversas formas de associações econômicas, de política empresarial, de situação patrimoniais, fusões, incorporações, etc.;
- m) de como verificar as depreciações, amortizações e correções monetárias, etc.;
- n) das diversas estratégias de vendas, de distribuição/divulgação, de gastos com propaganda, etc.;
- o) das numerosas teorias, doutrinas e correntes ideológicas de fundo econômico-social e como aplicá-las; dentre mais.

Outras fontes de atividades a serem desenvolvidas são as que tratam de perícias, avaliações e arbitramento.

As perícias econômicas, financeiras e de organização do trabalho aplicadas por um profissional habilitado, como o economista, visam constatar através de um processo investigativo minucioso apurar através instrumentais técnicos-científicos prováveis causas de sucesso ou fracassos em questões de origem econômico - financeira.

Já o arbitramento, também desenvolvido por um profissional habilitado, como por exemplo o economista, pode resultar em resoluções de questões pendentes entre várias proposições ou quantitativos divergentes.

Por último, a auditoria tanto interna quanto externa, em setores públicos ou privados, também inerentes ao campo profissional do economista.

### 3.2 RELAÇÃO DE ATIVIDADES E CAMPOS DE ATUAÇÃO

Como ficou claro no ponto anterior, o horizonte de trabalho deste profissional é consideravelmente amplo e dentro disso muitos campos de atuação lhe são inerentes.

Dentro das perspectivas apontadas por muitos, o futuro campo de atuação do economista, parece ser a iniciativa privada, mais apropriadamente, uma vez que é nesse campo de

atuação em que se concentram as melhores oportunidades de crescimento profissional e de remuneração.

De uma maneira geral, o economista pode atuar indistintamente em quatro sub-campos:

No setor público, o economista pode atuar no campo macroeconômico, ou seja em atividades de planejamento estratégico do país, de uma região ou comunidade. Este campo envolveria variáveis tais como: cambio, renda, inflação, balança comercial e as finanças públicas, ou sejam todos aqueles pontos que decididamente tem influência na vida de todos e que por isso mesmo as vezes desgastam muito a imagem destes profissionais.

“O primeiro é o setor público, onde o economista é requisitado para análises macroeconômicas (análises conjunturais), microeconômicas (tornar mais eficiente, por exemplo, a arrecadação de tributos do estado, evitar a evasão fiscal, planejar investimentos em determinados setores da economia segundo sua interpretação dos indicadores atuais, etc.” (PUC -ICEG, 2000)

Na iniciativa privada, setor microeconômico as atividades desenvolvidas seriam aquelas destinadas a estudar a viabilidade econômica das empresas, no sentido de auxiliá-las a enfrentar uma ambiente altamente competitivo como o que se vê hoje. Nestes casos, o objetivo principal do economista é buscar uma redução dos custos para as empresas, de modo a garantir uma perfeita saúde financeira.

“O segundo campo de trabalho do economista é o setor privado. Um bom economista normalmente possui um talento complementar à alta administração de uma empresa pois auxilia na descoberta de novas oportunidades de investimentos, na composição de carteiras de ações que apresentem rendimentos elevados, e, de forma geral, auxilia na identificação dos custos e benefícios projetados para investimentos privados. Adicionalmente, análises conjunturais também são objeto de trabalho de economistas, principalmente em consultorias ou nos departamentos de acompanhamento econômico de entidades de classe como FIESP, FIERJ, FIEMG e FIRJAN, dentre outras”. Ibid. (PUC -ICEG, 2000)

Ainda sem uma definição precisa, encontra-se o terceiro setor, que reuniria no seu interior um grupo assistencialista ou organizações não-governamentais( ONG's) cuja assistência poderia ser dirigida a população carente do Brasil e até do mundo. Esta ajuda viria de

diversas maneiras como: educação primária, alimentação básica, cuidados médicos essenciais e as agências regulatórias, cuja incumbência seria de fiscalizar, regulamentar e controlar preços. O fato ao certo é que esses institutos, associações, fundações e organizações diversas sem fins lucrativos demandam uma grande soma de mão-de-obra, significando assim oportunidades de trabalho para economistas.

“O terceiro - e mais novo - campo de trabalho é o das agências regulatórias e as organizações não-governamentais (ONG's). As agências criadas como exigência fundamental de uma economia voltada para a concorrência exigem o conhecimento de especialistas em teoria da firma, teoria econômica dos contratos, e em estabelecimento de regras adequadas para setores com preços controlados. Neste campo, a interação com advogados é elevada. Funções similares são exercidas por economistas em ONG's”. Ibid. (PUC -ICEG, 2000)

Dentro ainda do setor público, uma outra boa opção para aqueles que querem aprofundar mais os seus conhecimentos seria a carreira acadêmica. É verdade que nesses casos, o profissional teria que especializar-se visto que para ingressar e/ou concorrer a uma vaga de docente nas universidades, o economista deve possuir quase sempre, um mestrado, quando não menos um doutorado. Uma vez professor, este ainda poderia aumentar os seus rendimentos através da realização de pesquisas para a iniciativa privada, como que geralmente acontece. Assim sendo, além de desenvolver a pesquisa acadêmica para fins didáticos poderiam ainda utilizam-se desses mesmos conhecimentos para compreender melhor a realidade da economia.

“O quarto campo de trabalho é a academia. Um bom curso de graduação em economia é uma condição necessária, embora não suficiente, para um bom mestrado ou doutorado. Se você pensa em seguir esta opção, então seu estudo de matemática e estatística deve se intensificar para além dos limites da sala de aula que um aluno de graduação frequenta. A linguagem econômica é altamente matematizada e, assim, um bom conhecimento de matemática é indispensável para os que desejam ingressar na academia.” Ibid. (PUC -ICEG, 2000)

De uma maneira geral, as atividades ligadas a perícia e arbitragem como foram ditas inicialmente se encaixam perfeitamente na atuação desenvolvida por estes profissionais no campo privado.

Outras áreas que vem se desenvolvendo são aquelas ligadas a consultoria econômica, na qual o profissional trabalha sem nenhum vínculo empregatício com a empresa ou com o órgão público, oferecendo apenas uma assistência técnica. A propósito esta área, ao que parece é a que mais oportunidades tem oferecido, vistas as constantes crises econômicas que assolam o país e tornam os economistas, os profissionais melhor preparados para enfrenta-las.

Um outro exemplo de área pouco explorada, pelos economistas é no campo da economia doméstica ou seja o controle do orçamento doméstico, algo por sinal em que os brasileiros estão pouco habituados a fazer se comparados, por exemplo com os americanos.

De uma maneira geral, entretanto é preciso dizer, que todo profissional que se preze deve procurar se especializar cada vez mais, buscando sempre absorver novos conhecimentos, pois afinal de contas o mundo cada vez mais rege esses novos conhecimentos. Para tanto recomenda-se cursos de especialização, mestrados e mesmo doutorados que nunca foram demais para aqueles que desejam sobreviver num mercado de trabalho cada vez mais exigente.

## **4 A OFERTA DE ECONOMISTAS E O PAPEL REPRESENTADO PELAS UNIVERSIDADES**

Este capítulo aborda a situação do mercado de trabalho dos economistas com base nos dados relativos à procura do curso e nos aspectos relacionados a formação em que merecem destaque as instituições de ensino superior presentes aqui na Bahia

### **4.1 A PROCURA PELO CURSO E AS DIVERSAS OPÇÕES DE INGRESSO EM UNIVERSIDADES E FACULDADES.**

Afirmar que o mercado de trabalho discrimina os economistas poderia ser comprovado pela procura do curso e pelo grau de evasão. Verifica-se então que a procura aumenta, mas também a evasão é muito elevada como pode ser visto a seguir.

Na análise dessa situação serão utilizados dados diversos que enfoquem a veracidade ou não dos fatos. Assim como base fundamental dessas informações serão pesquisadas as instituições de ensino superior presentes na Bahia.

A grande verdade desses fatos é que muitas instituições do país têm apresentado dados e constatações que apontam para a queda na procura e no aumento da evasão do curso segundo (Macedo, 1995, p.9) ”(...)Há várias razões pelas quais eles estão perdendo atratividade entre os estudantes, o que se revela na queda do número de candidatos por vaga do vestibular e maiores desistências ao longo do curso (...)”

Como parâmetros de análise serão utilizados os resultados do Censo da Educação Superior de 1999, recém-concluído pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), cuja amostra situou um universo de 1.097 instituições de ensino superior.

TABELA 13 - Relação dos 10 cursos com maior n.º de vagas no Brasil em 1998

<b>Cursos</b>	<b>Vagas</b>
1.Administração	99.338
2.Direito	89.080
3.Pedagogia	53.988
4.Engenharia	52.213
5.Letras	41.711
6.Ciênc. Contábeis	40.575
7.Comunic. Social	29.475
8.Ciênc. Econômicas.	22.739
9.Educação Física	19.216
10.Psicologia	18.997

Fonte: EC/INEP/SEEC

Apesar do curso de economia possuir um boa quantidade de vagas comparativamente a outros tantos cursos existentes a sua situação não é das melhores, visto a redução da procura pelos candidatos ao vestibular e a evasão que anda se processando nas instituições, no caso de seus alunos

TABELA 14 – Relação dos 10 cursos com maior n. de matrículas e concluintes no Brasil em 1998

<b>Cursos</b>	<b>Matrículas</b>	<b>Cursos</b>	<b>Concluintes</b>
1.Direito	292.728	1.Direito	35.433
2.Administração	257.408	2.Administração	31.630
3.Engenharia	150.217	3.Pedagogia	25.698
4.Pedagogia	139.893	4.Letras	17.098
5.Ciênc. Contábeis	122.427	5.Engenharia	15.411
6.Letras	108.746	6.Ciênc. Contábeis	10.566
7.Comunic. Social	74.567	7.Psicologia	10.208
8.Ciênc. Econôm.	66.992	8.Ciências	9.147
9.Psicologia	61.103	9.Comunic. Social	8.367
10.Medicina	50.879	10.Medicina	7.705

Fonte: MEC/INEP/SEEC

A situação na Tabela 14 evidencia uma diferença muita acentuada entre a quantidade de alunos que se matriculam no curso de economia e a quantidade de alunos que concluem o curso. Esta constatação por se só já fornece bons indícios com relação a uma possível evasão do curso de economia.

TABELA 15 - Relação dos cursos com maior n.º de vagas no Nordeste em 1998

<b>Cursos</b>	<b>Vagas</b>
1.Administração	8.345
2.Letras	7.106
3.Pedagogia	6.884
4.Direito	5.957
5.Engenharia	5.519
6.Ciênc. Contábeis	4.961
7.História	4.207
8.Ciênc. Econôm.	3.575
9.Geografia	3.540
10.Ciênc. Biológicas	3.289

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Com relação a colocação do curso de economia a nível de Brasil e de Nordeste em ambas situações o curso de economia se coloca na 8ª posição demonstrando a boa aceitação do mesmo pelas diversas instituições de ensino superior.

TABELA 16- Relação dos 10 cursos com maior n. de matrículas e de concluintes no Nordeste em 1998

<b>Cursos</b>	<b>Matrículas</b>	<b>Cursos</b>	<b>Concluintes</b>
1.Direito	68.078	1.Pedagogia	4.186
2.Administração	43.767	2.Letras	3.844
3.Medicina	33.705	3.Direito	3.631
4.Pedagogia	33.056	4.Administração	2.602
5.Ciênc. Contábeis	23.217	5.Ciênc. Contábeis	2.113
6.Letras	22.625	6.Engenharia	1.711
7.Engenharia	21.650	7.História	1.592
8.Enfer. e Obst.	17.925	8.Medicina	1.331
9.Odontologia	15.830	9.Geografia	1.296
10.História	14.680	10.Ciências	1.209

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Diferentemente do que se vê a nível nacional o curso de economia perde destaque quando a região Nordeste é focalizada para a relação entre o número de pessoas matriculas e o número de pessoas concluintes. Estas diferenças já fornecem alguns indícios sobre a queda na procura do curso e na evasão.

Estes resultados por se só são indicativos tanto na queda da procura pelo curso quanto da evasão que tantos economistas ligados ou não a institutos ou instituições de ensino vivem afirmando e alardeando.

A seguir serão levadas em considerações a procura pelo curso e as diversas instituições de ensino superior existentes na Bahia, com base nos dados do Anuário Estatístico da Bahia de 1999 e da Consultec (Órgão especializado em pesquisa educacional).

Com base nas informações (candidatos/vagas) das diversas instituições presentes aqui na Bahia serão conhecidos os números que mais explicam a procura pelo curso de economia, pelo menos a nível de estado baiano. Antes disso porém serão relacionadas algumas das instituições de ensino superior existentes aqui na Bahia.

TABELA 17- Instituições de ensino superior presentes na Bahia no período de 94 -99

<b>Instituições</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>
Universidades	4	4	4	4	5	5
Centros Univ.	-	-	-	-	2	3
Est. Isolados	1	1	1	1	1	1
<b>Total Geral</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>8</b>	<b>9</b>

Fonte: Consultec e Anuário Estatístico da Bahia (1999)

Nos períodos compreendidos entre 94 e 00 o número de estabelecimentos de ensino superior em economia, aumentou bastante na Bahia.

Entre os anos de 93 e 96, o total de estabelecimentos que existia aqui na Bahia, manteve-se estável. Esta estabilidade se deu a partir da baixa do decreto de n.º. 1472 de 12/04/1995 do governo federal, cujo conteúdo suspendia temporariamente a instalação de novos estabelecimentos de ensino superior no Brasil. Era necessário instalar antes um Conselho Nacional de Educação, cujo objetivo maior seria o de fiscalizar tanto as velhas instituições quanto as novas instituições que viessem a surgir.

Terminada a suspensão em 1997, a Unifacs passa a agregar aos seus cursos oferecidos a graduação em economia. Um ano depois ano surge a Unyahna, outra instituição privada que agora ofereceria também a graduação em economia em 1998 na RMS e no ano de 1999 em Feira de Santana e Barreiras.

Assim em 1999 somando as todas as instituições, a Bahia contava com :5 universidades, 3 centros universitários e 1 estabelecimento isolado.

Das 5 universidades: (três) 3 se concentram na capital, (uma) 1 no município de Feira de Santana e a última no município de Ilhéus.

A Unyahna, único centro universitário baiano que ministra o curso de economia se distribuía entre a capital baiana e os municípios de Feira de Santana e Barreiras.

A Faceba, único estabelecimento isolado da Bahia tem suas instalações físicas localizadas na capital baiana.

Das 5 universidades aqui existentes que dispõem de curso de economia: uma é federal, duas são estaduais e duas são privadas. A Unyahna e a Faceba são privadas, mas como já foi dito não são universidades.

O Decreto de n.º. 2.207/97, foi o responsável tanto pelo fim da suspensão do Decreto de n.º 1472 de 12/04/1995 do governo federal como foi serviu para criar e identificar os vários graus de abrangência e especializações que as instituições de nível superior poderiam ter.

Nas suas disposições, a nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), classificou as instituições existentes, como: Universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades, institutos superiores ou escolas superiores.

Nesse sentido os institutos e escolas superiores, outrora instituições isoladas, tem como principio básico a formação de profissionais de nível superior, para uma ou mais profissões.

As chamadas universidades tem como abrangência promover a formação superior de amplo espectro, desenvolver a pesquisa básica e aplicada, assim como tem o dever de oferecer serviços comunitários; através de cursos ou mesmo de outras atividades ligada a extensão universitária.

Para os centros universitários, não é necessário o desenvolvimento de pesquisas e a autonomia lhes é dada para a criação de novos cursos; cujo fato já não ocorre com as faculdades.

Neste contexto educacional em que as instituições privadas crescem bastante ao ponto de dominarem o mercado de ensino superior da Bahia, ocorre uma questão se esse crescente expansionismo vem acompanhada da qualidade no ensino.

A expansão das instituições privadas se devem a vários motivos, dentre os quais coloca apenas um o Ministro da Educação, o Sr. Paulo Renato, que assegura “ A rapidez na evolução tecnológica exige essa flexibilidade. Não podemos mais ter apenas cursos formais que correspondem a carreiras, a um currículo mínimo”.

Outra explicação para este caráter crescente de dominação das instituições privadas esta no efeito que as transformações tem provocado no mundo do trabalho, exigindo cada vez maiores velocidades na renovação dos conhecimento adquiridos. Isto tudo leva ao conceito de uma educação continuada que somente uma instituição de ensino superior pode repassar seja ela qual for.

Outra explicação pode ser visualizada com os dados da PED de 1996-1998, os quais mostram que apenas 8,2% da população economicamente ativa da RMS, possuem nível superior. O que representa uma demanda potencial muito grande a ser explorada.

Sem falar na rigidez no número de vagas das universidades públicas, que desviam este excesso de demanda para as instituições privadas que vê nessa oportunidade a chance de aumentarem as vagas para seus cursos de economia.

Assim sendo, motivos não faltariam para empresários proeminentes do campo da educação ou não, tivessem interesse em investir grandes quantidade de recursos num campo potencial tão vasto , como é a educação hoje em dia.

Como conseqüência aumentam as vagas oferecidas pelas instituições que possuem o curso de economia , como também o surgem novas instituições, como é o caso da Unyahna.

Resultado disso, a iniciativa privada amplia ainda mais a sua dominação com relação as vagas oferecidas para o curso de economia, como mostra a tabela abaixo.

TABELA 18- Relação candidatos/vagas no vestibular da instituições de ensino superior na Bahia a ministrar o curso de economia no período 94-99

<b>Instituições</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>
Ufba	8,9	7,6	12,7	3,9	18,8	6,9
Ucsal	4,7	6,2	4,4	3,8	3,0	4,4
Uefs	7,7	10,5	8,8	9,0	10,3	9,3
Uesc	3,2	3,8	3,5	3,5	4,5	3,7
Unifacs	-	-	-	-	0,5	0,5
Unyahna (SSA)	-	-	-	-	2,1	0,9
Unyahna (Bar)	-	-	-	-	0,6	0,6
Unyahna (FS)	-	-	-	-	0,4	0,4
Faceba	4,4	5,7	6,1	4,1	4,8	5,0
<b>Total Geral</b>	<b>28,8</b>	<b>33,7</b>	<b>35,5</b>	<b>25,2</b>	<b>45,0</b>	<b>31,7</b>

Fonte: Consultec e Anuário Estatístico da Bahia (1999)

De acordo com os dados, percebe-se um aumento da procura pelo curso de economia em termos absolutos de 1994 até 1996 seguido-se depois uma queda abrupta.

A passagem de 1995 para 1996 pode ser descrito como aquele período em que a visão sobre o desenrolar da economia do país aumentava as expectativas de crescimento interno e elevava a imagem positiva sobre os profissionais de economia.

No período de 1997 até 1999, cresce a procura pelo curso, alcança o pico mais elevado em 98. A explicação para este crescimento pode estar o resultado direto do surgimento das novas instituições de ensino superior em economia.

A explicação da queda depois de 1999 estaria na recessão econômica que entre outras coisas provocou um abatimento sobre todos os brasileiros e sobretudo implicou numa volta do descredito na imagem do profissional de economia

Outro fato a se analisar diz respeito aos números que relacionam vagas e inscritos nas respectivas instituições. Em termos de vagas oferecidas nas instituições percebe-se que enquanto que as universidades públicas mantiveram uma rigidez no número de vagas

destinadas ao curso de economia, as instituições privadas no entanto agiram no sentido de ampliar as vagas doravante existentes, motivadas sobretudo pela percepção do interesse demonstrado no número de inscritos.

Este aumento de demanda se fez bastante plausível no ano de 95. Isso trouxe como consequência um aumento em até 80% de vagas oferecidas na Ucsal e em até 25% como foi o caso da Faceba. Além disso outra instituição privada, a UNIFACS, resolveu implantar o curso de economia, percebendo é claro o interesse que este curso estava alcançando já nesta época.

A partir da constatação feita acima, verificou-se o seguinte: o setor público veio e vem cada vez mais perdendo espaço para a iniciativa privada, conforme apontaram os dados, pode-se afirmar que até o ano de 1997, o setor privado respondia sozinho por aproximadamente 72% das vagas oferecidas para o curso de economia. As perdas observadas pelas universidades públicas se fazem na seguinte ordem: Uefs, Ufba e Uesc.

A tendência para o futuro continua a apontar o mesmo movimento; ou seja, seguramente nos próximos anos as instituições particulares poderão vir a responder por quase 80% das vagas oferecidas. Um questão se apresenta na questão da qualidade do ensino, pois o que adianta muitas instituições de ensino superior com baixa qualidade.

TABELA 19- Bahia, n.º de inscritos para o vestibular de economia nas diversas instituições de ensino superior no período de 1994-98 – em percentual

<b>Instituições</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>
Ufba	21,92	15,00	25,55	10,24	25,07
Ucsal	28,48	32,63	23,79	26,37	15,79
Uefs	17,00	18,54	15,75	21,06	12,26
Uesc	8,65	8,41	7,8	10,21	6,7
Unifacs	-	-	-	2,01	7,18
Unyahna (SSA)	-	-	-	-	7,86
Unyahna (Bar)	-	-	-	-	1,2
Unyahna (FS)	-	-	-	-	1,0
Faceba	23,95	25,33	27,12	30,11	17,97

Fonte: Consultec e Anuário Estatístico da Bahia (1999)

De acordo com a preferência dos inscritos no vestibular de 94 e 95 as instituições particulares representavam a melhor opção de ingresso num curso de economia uma vez que tanto a Ucsal como a Faceba aumentaram seus percentuais de inscritos em 4,15% e 1,38% respectivamente em 95.

Das instituições públicas todas saíram perdendo neste período apenas a Uefs aumentou a sua participação em 1,54% com relação ao ano anterior 1995. Das que mais perderam destaque especial para a Ufba -6,92% na preferência.

De 95-96, a liderança coube a particular Faceba com uma aumento de 1,79% com relação ao ano anterior. A Ucsal nesse período perde espaço não só para a Faceba mas pela primeira vez para a própria Ufba, que dentre as públicas é a que alcança melhores índices de crescimento se relacionado ao ano imediatamente anterior, ou seja seu crescimento alcança um percentual de 10,55% o maior registrado desde 94.

Para o restante das públicas incluem-se aí a Uesc e a própria Uefs houve uma considerável queda principalmente para a segunda, respectivamente 0,61% e 2,79%.

O biênio 96-97 em que a Unifacs inicia a graduação em economia, representou a volta por cima das particulares, principalmente da Ucsal que havia perdido uma boa margem de espaço no período anterior. Assim a liderança volta para as particulares tendo agora a Faceba como sua grande representante.

A Faceba que já apresentava um índice persistente de crescimento dentre todas as outras, confirmou o seu favoritismo neste período, com um crescimento de aproximadamente 3,0% só perdendo para a Uefs que alcançou uma margem de crescimento de 5,31%, o maior dentre as restantes.

Das públicas, novamente a Ufba sai perdendo em torno de -15,31% até agora o índice maior de queda dentre todas, no mesmo período. As outras públicas Uesc e Uefs recuperam-se tendo a Uesc praticamente o mesmo percentual de inscritos que a Ufba. A Uefs supera a duas em mais de 10%.

No último biênio 97-98, ingressa no mercado uma nova instituição, a chamada Unyahna, que começa a oferecer o curso de economia em dois municípios distintos Feira de Santana e Barreiras.

Neste mesmo período as particulares Faceba e Ucsal perdem espaço significativo, para a filial da Unyahna em Salvador. O fato mais impressionante diz respeito ao índice de inscrições 7,86% superando a própria Unifacs cuja existência se deu antes.

Entre as particulares a maior perda fica com a Faceba uma queda de 12,14% com relação ao período imediatamente anterior. Das públicas a que mais cresce é a Ufba, em torno de 14,83% com relação ao índice anterior.

No mais a Unifacs cresce em torno de 5,17% pontos e as outras públicas apresentam perdas significativas.

A análise dos resultados podem levar a muitas hipóteses. Como por exemplo: A liderança da Ucsal, no primeiro ano, poderia se justificar devido a baixa concorrência desta instituição; a opção de turno (diurno/noturno) e o preço oferecido pela mesma aos que nela ingressem.

No caso da Faceba, a análise poderia encontrar os mesmos fatores, sendo o preço cobrado pela instituição tão importante na decisão daquele que enfrenta um vestibular quanto a opção de turno.

Por fim, o crescimento da Ufba, observado no último ano pesquisado, poderia advir de uma preeminente dificuldade financeira causada sobretudo pelo aumento das mensalidades pagas pelos estudantes; assim como também pela crise de desemprego que assola o país, e tão duramente a RMS.

Com base em tudo que foi falado é preciso que se crie dentro do ambiente da Ufba e principalmente daqueles que detém o poder maior de decisão, no caso o Diretor da FCE e o Reitor da universidade uma revisão de todos os critérios adotados até agora a fim de que se faça a devida correção no rumo do qual se pretende tomar para o futuro da instituição.

## 4.2 A FORMAÇÃO ACADÊMICA PROMOVIDA PELAS DIVERSAS UNIVERSIDADES E FACULDADES.E SEUS PONTOS DE APOIO

Como base nos resultados da pesquisa do INEP/MEC que fala sobre a “Avaliação das Condições de Oferta dos Cursos de Graduação” e nos dados obtidos juntos ao provão se avaliará as diversas instituições presentes aqui na Bahia a ministrar a graduação em Ciências econômicas.

Esta pesquisa feita pelo INEP/MEC e o provão surgiram como instrumentos de análise do ensino superior no Brasil. No caso do INEP/MEC as instituições de ensino superior responderam diretamente a um questionário via internet; no caso do provão os dados foram coletados a partir dos exames aplicados sobre os concluintes do curso.

Nestes resultados, o curso de Ciências Econômicas apresentou problemas na questão do corpo docente e da bibliotecas das várias instituições avaliadas. .

Nesta pesquisa os pontos mais importantes foram: a qualificação do corpo docente, a organização didática - pedagógica empregada e as instalações físicas (englobando aí a biblioteca e os laboratórios).

Assim dentro dos critérios adotados pelos especialistas do MEC para a análise da docência destacam-se:

- a) Titulação acadêmica
- b) Regime de trabalho
- c) Número de publicações científicas nos últimos três anos
- d) Experiência de magistério superior
- e) Experiência profissional não acadêmica
- f) Qualificação e regime de trabalho do coordenador/diretor do curso
- g) Relação professor/aluno
- h) Plano de cargos e salário

Sobre a docência a pesquisa: relata: “As condições regulares e insuficientes predominam para o corpo docente das instituições de ensino superior que oferecem cursos de ciências econômicas, atingindo 64% contra 36% de condições boas e muito boas.” Ainda com base nesta análise ficou caracterizado o destaque das universidades públicas federais:

“As universidades federais ganham destaque nesse item, com 67% de CB e CMB, e as municipais ficam com 100% de CR e CI, enquanto as estaduais juntam 50% de CR e CI e 50% de CMB e CB. As instituições particulares registram 73% de CR e CI e 27% de CMB e CB. A carência encontrada no item corpo docente é sentida em todas as regiões, com ressalva apenas para a região sul, com menor incidência de CR e CI: 56%.”

O segundo elemento a ser estudado foi a organização didática - pedagógica empregada por cada uma das instituições.

Sobre isso os especialistas do MEC verificam os seguintes pontos:

- a) Missão da instituição
- b) Objetivos do curso
- c) Perfil profissional pretendido pelo curso
- d) Distribuição da carga horária segundo o currículo
- e) Habilitações
- f) Alterações curriculares
- g) Práticas pedagógicas inovadoras
- h) Procedimentos formais de avaliação
- i) Estágio supervisionado
- j) Ementários
- k) Bibliografia

Dentro destes critérios de avaliação, o que mais deixou a desejar segundo os especialistas, foi o quesito biblioteca (incluindo-se aí os acervos) e o sistema de interligação via rede com o Comut e a Bibliodata, em que afirmam:

“No entanto, ao avaliar o acervo da biblioteca central ou setorial, as comissões de especialistas encontraram resultados muito ruins, com 61% dos cursos apresentando condições insuficientes. A maioria

das instituições não tinha acervo atualizado nem exemplares suficientes para os títulos da bibliografia básica adotada, nem assinaturas de periódicos e tampouco estavam interligadas em redes como Comut e Bibliodata.”

Por fim a análise enfocou as instalações físicas, em que os especialistas do MEC avaliam: Espaço físico disponível adequado às atividades acadêmicas (número de alunos por turma, número de docentes e demais integrantes da instituição)

- a) Instalações especiais (laboratórios, auditórios...)
- b) Condições de manutenção e conservação
- c) Planos de expansão
- d) Instalações especiais (equipamentos e materiais)
- e) Equipamentos de informática, número de computadores dedicados à pesquisa e ao ensino e condições de acesso às redes de informação
- f) Equipamentos, instrumentos e insumos de laboratório adequados à prática de ensino e pesquisa
- g) Plano de modernização de laboratórios e informatização
- h) Instalações especiais (biblioteca)
- i) Número de títulos e exemplares de livros e periódicos
- j) Espaço físico para leitura
- k) Formas de catalogação do acervo
- l) Acesso a redes de informação
- m) Qualificação técnica dos servidores
- n) Plano de atualização do acervo

De acordo com esses critérios as instalações físicas não representam problemas para os cursos de Ciências Econômicas no Brasil. Eles afirmam categoricamente: “O relatório apresenta dados positivos quanto às instalações gerais para o ensino de economia, com 79% dos cursos registrando condições boas e muito boas, contra apenas 3% de condições insuficientes.”

A aplicação desta avaliação na Bahia trouxe os seguintes resultados, para as instituições de ensino em economia.

TABELA 20 - Avaliação das instituições de nível superior a oferecer o curso de economia, conforme titulação da docência; organização didática – pedagógica e instalações, na Bahia em 1999

Instituições	Município	Adm.	Ano	Docentes	Org. Did. Ped.	Inst.
Faceba	Salvador	Privada	1999	CI	CI	CI
Ucsal	Salvador	Privada	1999	CI	CB	CMB
Uefs	Feira de Santana	Pública	1999	CB	CR	CR
Uesc	Ilhéus	Pública	1999	CB	CR	CB
Ufba	Salvador	Pública	1999	CMB	CB	CMB

Fonte: INEP/MEC

Legenda: CI = Conceito insuficiente; CB = Conceito bom; CMB = Conceito muito bom

Uma observação a se fazer é que todas as instituições com pouco tempo de existência, ora na sua fundação ora na implementação do curso, foram excluídas desta avaliação.

A lógica disso esta no fato destas instituições não terem ainda formado a primeira turma de economistas, principalmente em se tratando dos estabelecimentos particulares.

A partir de agora, a análise das instituições aqui presentes se fará com os dados relacionados ao provão do MEC em que novamente as mesmas universidades e faculdades são avaliadas.

Na Região Nordeste participaram do Exame 28 cursos de economia o que representou 14,8% do total de cursos avaliados no país. Deste contingente o Rio Grande do Norte e a Bahia foram os estados com maior números de cursos avaliados, 5 (cinco).

TABELA 21- Número de graduandos presentes ao ENC/2000\_Economia por dependência administrativa no Nordeste

UF	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total
AL	55	0	49	0	104
BA	55	118	0	279	452
CE	84	58	0	63	205
MA	59	0	0	79	138
PB	56	0	0	59	115
PE	109	0	0	58	167
PI	30	0	0	0	30
RN	40	82	0	30	152
SE	31	0	0	18	49
Total	519	258	49	586	1.412

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/00

Os dados da Tabela 21 reforçam a preponderância dos graduandos das Instituições Privadas que sozinhas respondem por 586 alunos ou 41,50% do total de participantes; no caso das instituições municipais apenas o Estado de Alagoas apresenta participantes já a Bahia foi o estado do Nordeste com o maior número, 452 enquanto o Piauí teve o maior número de graduandos presentes, 30.

No caso das 5 (cinco) instituições de ensino avaliadas no provão segue a Tabela 10 mostrando os conceitos obtidos por cada uma delas e em reforço a Tabela 11 cujas informações avaliam a evolução dos docentes das mesmas, segundo o critério percentual da titulação.

TABELA 22 - Resultados do provão para o curso de economia nas cinco instituições avaliadas pelo ENC 2000

<b>Instituições</b>	<b>Conceito ENC</b>	<b>Graduados presentes</b>	<b>Respostas (%)</b>
Faceba	2000 – C	121	100.0
	1999 – C	114	97.4
Ucsal	2000 – C	158	98.7
	1999 – C	220	96.4
Uefs	2000 – B	51	98.0
	1999 – E↑	78	3.8
Uesc	2000 – C	67	97.0
	1999 – C	69	100.0
Ufba	2000 – A	55	98.2
	1999 – E↑	85	37.6

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/00

A partir dos dados da Tabela 20 e 22 ficam evidenciados a superioridade da Ufba em relação as demais instituições de ensino superior a ofertar a graduação em economia. Outro destaque cabe a melhoria acontecida na Uefs.0

Sobre a Ufba e outras instituições avaliadas no provão muitas coisas podem ser ditas como assim demonstram os dados comparativos (quantidade e percentual de respostas acertadas) nas questões. Neste quadro a superioridade da Ufba aparece não só a nível de Bahia, mas em muitos dos casos a nível de região Nordeste ou mesmo de Brasil. Assim seguem abaixo os dados comparativo entre a Ufba e as diversas instituições existentes na Bahia, no Nordeste e no Brasil, a depender de cada caso.

TABELA 23 – Desempenho da Faculdade de Ciências Econômicas da Ufba no Provão 2000 em comparação com as diversas regiões avaliadas.

<b>Notas padronizadas 2000</b>	<b>Brasil</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Bahia</b>	<b>Ufba</b>
Média Geral	500	487	500	579
Média Múltipla Escolha	500	493	501	584
Média discursiva	500	483	500	560
Distribuição das notas Quartil superior	25%	21%	44%	62%
Teoria Monetária	31%	-	-	58%
Macroeconomia (Curva de Phillips)	39%	-	-	67%
Organização Industrial	50%	-	-	75%
Balanço de Pagamentos	30%	-	-	60%
Macroeconomia (IS/LM)	44%	-	-	76%
Microeconomia (função produção)	27%	-	-	49%

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/00

TABELA 24– Relação do número de docentes e do percentual da titulação de cada uma das instituições avaliadas no ENC 1999/2000 na Bahia

<b>Instituições</b>	<b>Ano</b>	<b>N. docentes</b>	<b>Dout (%)</b>	<b>Mest (%)</b>	<b>Esp. (%)</b>	<b>Grad (%)</b>
Faceba	2000	40	7.5	32.5	60.0	0
	1999	45	6.7	24.4	68.9	0
Ucsal	2000	63	3.2	20.6	44.4	31.7
	1999	67	3	20.9	44.8	31.3
Uefs	2000	36	11.1	38.9	44.4	5.6
	1999	36	8.3	36.1	30.6	25
Uesc	2000	32	6.3	46.9	28.1	18.8
	1999	28	7.1	35.7	32.1	25
Ufba	2000	38	42.1	39.5	39.5	2.6
	1999	40	40	42.5	42.5	5

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/00

Sobre o período compreendido entre o ano de 1999 e 2000 pode-se dizer o seguinte:

Para a Faceba, o período representou investimentos na docência visto os resultados obtidos na “Avaliação das Condições de Oferta dos Cursos de Graduação” e no provão.

Já para a Ucsal este período refletiu uma certa acomodação caracterizada sobretudo pelo não investimento no corpo docente aliás único conceito insuficiente na “Avaliação das Condições de Oferta dos Cursos de Graduação” e pelo repetido conceito C no provão.

A Uefs, como demonstrado, não ficou parada, tratou de investir recursos no seu corpo docente que na “Avaliação das Condições de Oferta dos Cursos de Graduação” teve o conceito CB. Assim estes investimentos apareceram no provão em que o conceito da instituição passou para B.

A outra instituição pública, ou seja a Uesc preferiu investir nos mestrado de seus docentes, talvez confiado nos resultados positivos da “Avaliação das Condições de Oferta dos Cursos de Graduação” em que teve o conceito CB. A questão da acomodação fica especificado no conceito obtido no provão em que continua C.

No caso da Ufba, apesar da queda no número de mestres houve em contrapartida um aumento no número de doutores, refletindo uma mudança muito positiva. Este saldo positivo ainda se reforça uma vez que o número de professores diminuiu.

Por fim, a idéia principal deste capítulo foi de apontar para a liderança constante da Ufba, nos termos de instituição de ensino em economia e tentar averiguar no capítulo seguinte o que o mercado de trabalho tem feito com esses resultados.

## **5 A PESQUISA DE CAMPO E O PERFIL DO RENDIMENTO E DA OCUPAÇÃO DO ECONOMISTA**

Este capítulo pretende traçar o perfil do economista exercendo algum tipo de atividade no Estado da Bahia e analisar os determinantes da renda e da ocupação desse profissional, tomando-se por base os resultados de uma pesquisa com cento e sessenta respostas, fruto da aplicação de um questionário especialmente elaborado.

### **5.1 METODOLOGIA EMPREGADA NA PESQUISA DE CAMPO**

As informações foram coletadas no período compreendido entre setembro de 1999 e novembro de 2000. Neste período foram investigadas informações desde aspectos gerais (idade, naturalidade, sexo, etc.), até aspectos mais específicos, tais como ocupação atual, setor de atuação, entre outros.

Para a coleta de dados foram utilizados questionários (modelo anexo), enviados conjunta e gratuitamente através de correspondências do CORECON (recadastramento de economistas filiados), enviados através de e-mails e, em alguns casos, apenas efetivadas através de entrevistas por telefone ou fax.

Os resultados dessa pesquisa são apresentados a seguir e analisados à luz de técnicas estatísticas, com base nos resultados expostos nas respectivas tabelas.

### **5.2 O PERFIL DOS ENTREVISTADOS**

A aplicação dos questionários resultou nas seguintes informações:

**Faixa etária** – A idade média do economista é de 35,96 anos. O economista de maior idade encontrado tinha 69 anos, enquanto que o de menor idade tinha 23 anos. Há uma forte concentração de profissionais na faixa etária de 30 a 39 anos (36,9%) e de 25 a 29 anos (27,5%). Há ainda um contingente considerável na faixa entre 40 e 49 anos (20%).

**Naturalidade** - quanto ao estado de nascimento do economista 80,63% são baianos e 19,37% são oriundos de outros estados. Dos nascidos aqui na Bahia 63,6% são da capital e 36,4% são do interior. Dos que vem de outros estados 61,3% são da capital e 38,7% são do interior.

**Estado Civil** – O maior contingente é composto de solteiros 49,4%, vindo depois os casados com 41,9% e a seguir os divorciados ou separados e viúvos com 8,7%.

**Sexo** – Apesar da grande evolução da mulher no mercado de trabalho, principalmente a partir dos anos 80, a profissão de economista ainda continua sendo eminentemente masculina. Os homens respondem sozinhos por 70,6%, contra 29,4% das mulheres.

**Cor** – Apesar da Bahia ser um estado onde 80% da população é composta de negros ou descendentes, a profissão de economista é basicamente dominada por pessoas da cor branca, representando cerca de 54,4%, contra 39,4% de pessoas da cor parda e apenas 6,3% de negros. Não foram encontrados economistas de cor amarela.

**Instituição em que se formou** – A Ufba segue na liderança com 41,9% dos profissionais formados, seguida da Faceba com 29,4%, a Ucsal com 16,9%, a Uefs com 4,4%, a Uesc com 3,1% e finalmente por outras instituições com 4,4%.

**Tempo de duração do curso nas várias instituições pesquisadas** – O tempo médio para a conclusão do curso de economia independente da instituição foi de 5,2 anos. O prazo mínimo foi de 4 anos e o máximo foi de 14 anos. Na UFBA, o tempo médio foi de 5,1.

**Tipo de escola na qual concluiu o 2º grau** – Dentre os economistas analisados, 54,4% concluíram o segundo grau em numa escola particular; enquanto que 46,6% o fizeram em numa escola pública.

**Formação acadêmica** - Dentre os economistas analisados, 87,50% fizeram em geral o bacharelado ou apresentam algum grau de especialização. Desses profissionais, 8,8% completaram o mestrado e 3,8% concluíram o doutorado.

**Domínio de línguas estrangeiras** - Dentre os economistas analisados, 44,4% não tem nenhum domínio sobre línguas estrangeiras; 31,9% dominam o inglês; 10% dominam o espanhol, 3,1% dominam o francês e 0,6% dominam o italiano. Apenas 10% dominam mais de uma língua. O domínio da língua envolve o fato da pessoa saber ler, falar e escrever simultaneamente.

**Economistas que possuem outra profissão** – Dentre os economistas analisados, 11,2% possuem outra profissão no seu currículo.

**Exercício da profissão** – Quanto ao exercício da profissão, 61,88% dos economistas encontram-se trabalhando na área; contra 36,25% dos que não trabalham na área e 1,87% dos economistas que se encontram desempregados.

**Empresa ou instituição em que exerce ocupação principal** - Diferentemente do que se poderia imaginar, o setor privado ultrapassou o setor público como o principal empregador dos economistas. Do total de economistas pesquisados, 43,13% trabalham no setor privado, 40,63% exercem atividade no setor público e 14,38% no setor misto. O percentual restante ou seja 1,86% dos profissionais estão desempregados.

**Setor de atuação** – Dentre os setores de atuação, o destaque fica com setor terciário, que responde sozinho por 80% dos profissionais ocupados. O setor secundário responde por 11,88%, enquanto que o misto por 4,38% e o primário por 1,88%. O restante do percentual referem-se aos desempregados.

**Experiência na ocupação atual** – No que concerne à experiência na ocupação atual, os economistas costumam ter uma participação mais importante, nos períodos de 1 a 3 anos com 26,3% e no período de 10 a 25 anos com 20,6%. O restante, seguindo a ordem natural de tempo, se distribui da seguinte maneira: 14,4% até 1 ano; 13,1% entre 3 e 5 anos; 18,85% entre 5 a 10 anos; 3,1% entre 25 a 30 anos; 1,9% mais de 30 anos, sendo o percentual restante dos desempregados 1,9%.

**Horas semanais de trabalho** - O economista trabalha em média 40,55 horas semanais. O mínimo encontrado foi de 30 horas semanais e o máximo foi de 80 horas semanais. A

grande maioria dos economistas ou seja, 55%, no entanto, trabalha 40 horas semanais, 16,9% trabalham 30 horas semanais, enquanto que 5,6% dos economistas trabalham 44 horas semanais.

**Rendimento mensal** – A renda média mensal do economista que opera no mercado baiano foi de R\$ 1.747,26. O rendimento mais freqüente (moda) se situa entre R\$1.120 e R\$ 2.240, sendo que a mediana foi de R\$ 1.600,00. Quando comparado à média de renda mensal obtida tanto a nível nacional quanto no nordeste, o economista que opera no mercado baiano auferiu uma remuneração inferior. A renda nacional média mensal do economista foi de R\$ 3.756,60, enquanto que no nordeste esta renda foi de R\$ 2.944,60. Nesse sentido, pode-se afirmar que este profissional está sendo mal remunerado no mercado baiano.

### 5.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Na Tabela 25 são apresentadas algumas variáveis que influenciam na formação da renda dos economistas, com base na pesquisa de campo.

Para aqueles economistas nascidos em Salvador não existe diferença na média dos rendimentos do trabalho relativamente àqueles que vieram de outros municípios, uma vez que o  $t_{cal}$  (teste de diferença das médias) foi menor que o  $t_{tabelado}$ .

O fato do economista ter nascido na Bahia ou fora do Estado não afeta os rendimentos médios auferidos por tais profissionais. Esse resultado evidencia que o mercado de trabalho não discrimina a origem do economista, independentemente da cidade ou Estado de origem. A pequena diferença observada nas médias dos rendimentos é desmentida pela teste da diferença das médias, cujo  $t_{cal}$  foi menor que o  $t_{tabelado}$ .

Por outro lado, os economistas solteiros tiveram um rendimento estatisticamente menor que os outros economistas (casados, separados, etc.), com um grau de confiança de 2%. Esse fato foi garantido pelo fato da estatística t calculada ser superior ao valor tabelado.

Um possível explicação para essa evidência está no fato de que os primeiros dispõem de maior tempo para viagens e investimentos na carreira, quesitos importantes nessa atividade.

O fato dos homens serem mais bem remunerados do que as mulheres não causou espanto, tendo em vista que o mercado, tradicionalmente, discrimina o rendimento da mulher, bem como porque a profissão de economista ainda é eminentemente masculina.

TABELA 25 - Os determinantes do Rendimento dos economistas na Bahia

<b>Variáveis</b>	<b>Média</b>	<b>Desv. Padrão</b>	<b>N</b>	<b>Estatística t</b>	<b>Sig. t</b>
De SSA	1.814,03	1.348,28	100	-0,504	0,457
Fora de SSA	1.722,07	928,10	57		
Da Bahia	1.797,37	1.282,78	129	-0,473	-0,363
Fora da Bahia	1.706,83	830,99	31		
Solteiro	2.150,38	1.568,47	62	-2,822	-3,181
Outros	1.539,35	827,97	95		
Masculino	1.945,83	1.327,44	113	-3,638	-2,800
Feminino	1.356,42	684,64	44		
Branco	2.019,09	1.380,84	83	-2,725	-2,665
Não branco	1.513,20	922,69	74		
UFBA	1.741,67	1.302,48	66	0,336	0,343
Não UFBA	1.808,91	1.145,38	91		
Esc. Privada	1.594,34	1.134,20	84	2,075	2,091
Esc. Pública	1.995,03	1.266,39	73		
Com pós-grad.	2.257,05	1.165,50	61	-4,112	-4,129
Sem pós-grad.	1.477,93	1.144,17	96		
Fala idiomas	1.856,70	1.279,94	89	-0,917	-0,900
Não fala	1.681,10	1.114,08	68		
Com outra prof.	2.328,26	1.636,05	18	-1,556	-2,061
Sem outra prof.	709,73	1.132,24	139		
Economista	1.930,53	1.288,57	99	-2,173	-2,048
Não economista	1.524,81	1.024,03	58		
Emp. Privada	1.777,16	1.193,54	69	0,032	0,032
Emp. Pública	1.783,38	1.230,10	88		
Terciário	2.207,99	1.480,42	128	1,793	2,130
Outros	1.683,83	1.124,71	29		

FONTE: Cálculos realizados a partir da pesquisa direta.

Outro aspecto encontrado com os dados da pesquisa é que o mercado apresenta um viés discriminatório em relação a cor. Isto é, os economistas brancos auferem uma média de rendimentos estatisticamente superior aos rendimentos auferidos pelas outras raças (com grau de confiança de 1%). Esse fato é garantido pelo teste das médias. Segundo, porque em

um país onde as oportunidades educacionais não são democráticas, não é difícil compreender estes resultados. Como se sabe, o acesso as melhores instituições de ensino fundamental e mesmo superior quase nunca privilegia os grupos com baixa condição econômica nem tampouco os não brancos.

Pode-se constatar através de uma inspeção da Tabela 25 que pouco importa em termos de rendimento de onde provêm o economista. Isto é, não há nenhuma diferença em termos de rendimento para os economistas oriundos da Ufba, mesmo que esta instituição ofereça o melhor curso de economia na Bahia. Esse fato é garantido pela igualdade estatística das médias. A pequena diferença existente em termos de remunerações médias é desmentida pelo teste t das médias, tendo em vista que o  $t_{cal}$  foi menor que o  $t_{tabelado}$ , de onde se conclui que não existe diferença das médias dos rendimentos.

O rendimento médio daqueles economistas que concluíram o ensino médio nas escolas públicas superaram (sob o ponto de vista estatístico) o rendimento daqueles que estudaram numa escola particular. Apesar dessa surpresa, um fator que poderia explicar esse resultado pode estar associado ao fato do estudante oriundo de uma escola pública está mais inclinado a investir em um curso de pós-graduação, por achar que dessa forma poderia melhorar a sua preparação profissional, diminuindo as diferenças de aprendizado em uma escola pública, dita de pior qualidade.

Com relação a pós-graduação fica bastante claro a influência positiva sobre o rendimento médio dos economistas. O teste das médias garante que aquele economista pós-graduado comanda uma maior renda quando comprado com o economista que não investe em capital humano. Nesse sentido, o mercado está remunerando apropriadamente os investimentos em pós-graduação.

Apesar de muito se falar com relação ao domínio de línguas estrangeiras para efeito de empregabilidade e de aumento nos rendimentos, os dados revelaram que o mercado não está diferenciando, pelo menos em termos de rendimento. Esse fato é garantido pelo fato de que o  $t_{cal}$  foi menor que o  $t_{tabelado}$ , resultando em médias idênticas apesar do que poderia indicar a pequena diferença de rendimentos constante na Tabela 25.

Para aqueles economistas que se formaram em outra profissão, seus rendimentos médios aumentaram de fato, comprovando a importância da teoria de que a educação é um fato de grande relevância, não só na empregabilidade do profissional mas também na formação de seus rendimentos futuros.

De acordo com os resultados da Tabela 25, atuar na própria área de economia rende excelentes frutos visto que, nesses casos, os profissionais são mais bem remunerados. De acordo com a pesquisa do COFECON (1997), esse fato já havia sido detectado, tendo em vista o fato do economista ser um dos profissionais melhor remunerado se comparado com outras categorias.

Conforme consta na Tabela 25, o fato do economista trabalhar em uma empresa privada ou pública em nada alterar os seus rendimentos médios. Esse fato é garantido pelo teste das médias.

Com relação ao setor de atuação, fica o setor terciário classificado como aquele que oferece os melhores rendimentos médios para os economistas que se ocupam dele.

A Tabela 26 contém os resultados de algumas variáveis que afetam a área de atuação atual dos economistas.

TABELA 26 - Os determinantes da ocupação dos economistas na Bahia (%)

<b>Variáveis</b>	<b>Atua na área</b>	<b>Não atua na área</b>	<b>Total</b>
De SSA	63,0	37,0	100,0
Fora de SSA	63,2	36,8	100,0
Da Bahia	60,9	39,1	100,0
Fora da Bahia	72,4	27,6	100,0
Solteiro	62,9	37,1	100,0
Não solteiro	63,2	36,8	100,0
Masculino	61,9	38,1	100,0
Feminino	65,9	34,1	100,0
Branco	62,7	37,3	100,0
Não branco	63,5	36,5	100,0
Ufba	68,2	31,8	100,0
Não Ufba	59,3	40,7	100,0
Esc. Privada	61,9	38,1	100,0
Esc. Pública	64,4	35,6	100,0
Com pós-grad.	90,2	9,8	100,0
Sem pós-grad.	45,8	54,2	100,0
Fala idiomas	64,0	36,0	100,0
Não fala	61,8	38,2	100,0
Com outra prof.	50,0	50,0	100,0
Sem outra prof.	64,7	35,3	100,0
Emp. Privada	58,0	42,0	100,0
Emp. Pública	67,0	33,0	100,0
Terciário	61,7	38,3	100,0
Outros setores	69,0	31,0	100,0

FONTE: Cálculos realizados a partir da pesquisa direta.

De acordo com o Tabela 26, o perfil do economista ao atuar na sua atividade específica fica caracterizado como o indivíduo natural do interior de outro estado, não solteiro, do sexo feminino, não branco, formado pela Ufba, originário de uma escola pública, pós-graduado, fluente em algum idioma(s), formado apenas em economia, empregado numa empresa pública e trabalhador dos setores primário, secundário ou ambos.

## 6 OS MODELOS E OS RESULTADOS ECONOMÉTRICOS

Objetivando ampliar o conhecimento a respeito da profissão do economista, este trabalho estuda os fatores determinantes da renda e da ocupação desses profissionais, tomando por base a pesquisa direta realizada com uma amostra de cento e sessenta economistas domiciliados no estado da Bahia.

Este capítulo faz uso de dois modelos econométricos aplicando-os aos dados obtidos com a pesquisa de campo. O primeiro é o modelo linear, o qual é utilizado para determinar os elementos mais importantes responsáveis pela formação da renda do economista. O segundo modelo é o logit, que é utilizado no sentido de mapear os condicionantes que determinam a probabilidade do economista trabalhar na área.

### 6.1 OS DETERMINANTES DO RENDIMENTO DO ECONOMISTA

Em busca de um melhor entendimento sobre a formação do rendimento do economista, utilizou-se um modelo linear<sup>2</sup> como forma de ajustar os dados obtidos com a pesquisa direta.

Dessa forma, considerou-se o logaritmo do rendimento total dessas pessoas ( $R_i$ ), em reais, em função de um conjunto de variáveis explicativas contínuas e binárias. A única variável contínua considerada foi o logaritmo da experiência na atividade ( $X_i$ ), medida em anos. As variáveis binárias (qualitativas) utilizadas foram pós graduação ( $P_i$ ), sexo ( $S_i$ ), cor ( $C_i$ ) e setor de atividade ( $A_i$ ), as quais assumem o valor um, se a pessoa tem respectivamente curso de pós graduação, é do sexo masculino, é de cor branca e atua no setor de serviços; e o valor zero, caso contrário<sup>3</sup>. Foram ainda incluídas nesse rol outras duas variáveis. Assim, o modelo utilizado pode ser especificado da seguinte forma:

$$R_i = \alpha + \beta_1 X_i + \beta_2 P_i + \beta_3 S_i + \beta_4 C_i + \beta_5 A_i + \varepsilon \quad (1)$$

<sup>2</sup> Vale ressaltar que, dentre algumas formas funcionais testadas, a regressão linear foi a que melhor se ajustou aos dados.

<sup>3</sup> O sexo e a cor, dois atributos pessoais bastante utilizados em estudos empíricos, foram introduzidos na regressão por terem se mostrado significativamente importantes na determinação do rendimento dos trabalhadores, em estudos econométricos anteriores.

onde  $\alpha$  é o coeficiente linear (constante),  $\beta_j$  ( $j=1,\dots,5$ ) são os coeficientes dos atributos e  $\varepsilon_i$  é o distúrbio, o qual é admitido ser independente e normalmente distribuído, com média igual a zero e variância  $\sigma^2$ .

Os resultados do ajustamento do modelo (1) podem ser observados na Tabela 26. Uma inspeção desse quadro permite concluir que a variável pós-graduação é positiva e estatisticamente correlacionada ao rendimento do economista. De fato, o investimento em pós-graduação garante aos economistas maiores rendimentos, relativamente àqueles economistas que não investiram em capital humano a nível de pós-graduação. Esse fato foi garantido pelo sinal positivo do coeficiente, o qual é significativamente diferente de zero, cuja estatística t foi de 4,408.

A experiência na atividade (medida em anos) é outra variável que influencia positivamente a renda do economista e é de fundamental importância para a formação da renda dos mesmos.

Esse fato é garantido pela estatística t de 5,88. De fato, a elasticidade do rendimento do economista em relação a experiência é de 0,218. Isso significa que cada ponto percentual de aumento na experiência do economista aumenta o rendimento desses profissionais em 0,22%.

Duas outras variáveis que revelam significativa diferença (sob o ponto de vista estatístico) em termos de distribuição dos rendimentos são as variáveis sexo e cor. A importância econométrica dessas duas variáveis na formação da renda do economistas refletem a ideia da desigualdade no padrão de rendimento desses profissionais que existe entre aqueles que são do sexo masculino e da cor branca, relativamente àqueles de sexo feminino e de cor não branca. Essas conclusões são confirmadas pelo fato dos coeficientes dessas variáveis terem sido significativas a 1,7% para a cor e 9,7% para o sexo.

Tabela 27 - Determinantes do Rendimento dos Economistas

Variáveis	Parâmetro	Estatística t	Significância
Constante	6,724	45,539	0,000
Pós-graduação	0,413	4,408	0,000
Log. Experiência	0,218	5,883	0,000
Cor	0,214	2,414	0,017
Sexo	0,164	1,668	0,097
Sector de atuação	-0,214	-1,888	0,061
N = 160, R <sup>2</sup> = 0,40, F = 19,683			

FONTE: Cálculos realizados a partir da pesquisa direta.

A última variável importante na determinação dos rendimentos dos economistas é o setor de atuação que mostrou estatística e negativamente correlacionada com os rendimentos daqueles que atuam no setor terciário. Isso demonstra que os rendimentos daqueles profissionais que atuam no setores primário ou secundário são maiores do que aqueles que atuam no setor terciário. Esse fato é garantido pela estatística t de -1,888, significativa a 6,1%.

Deve-se ressaltar que algumas variáveis não se mostram estatisticamente significativas e, portanto, foram descartadas do modelo. Dentre estas, as principais são aquelas relacionadas a instituição de conclusão do 3º grau, ao tipo de escola de conclusão do ensino médio, ao domínio de línguas estrangeiras (idiomas) e a existência de outras profissões ou graduações a nível de 3º grau.

O fato comprovado no quarto capítulo da melhor qualificação do economista da Ufba, em nada influenciou na percepção dos seus rendimentos. Esse fato inclusive, contradiz muitos daqueles cuja visão não ultrapassam os limites impostos pela Universidade e cujo valores do mercado parecem não existir. Essa justificativa sugere indícios para o fator formação do economista da Ufba cujo valor não atenderiam as especificidades ou diferenciais de interesse do mercado.

Uma outra utopia diz respeito ao tipo de escola em que o economista concluiu o ensino médio. A esse respeito não há nada que influencie nos rendimentos obtidos junto ao

mercado de trabalho. Para o mercado o que interessa são os diferenciais que aparecem a partir dos critérios da educação continuada e em seus reflexos de aplicabilidade; ou melhor ao empregador interessa o quanto que destes conhecimentos adquiridos, mais possivelmente na pós-graduação podem equacionar ou solucionar as dificuldades da realidade.

Contrariamente ao que se vê ou se ouve o domínio de um ou mais idiomas não influenciou nos rendimentos auferidos pelos economistas junto ao mercado. A justificativa para isso estaria nos diversos critérios adotados pela grande maioria das empresas, como a importância do fator emocional ou mesmo pela dificuldade verificada na satisfação de todos os qualificativos exigidos, em mais se tratando de Bahia.

Para aqueles que possuem outra profissão ou graduação, assim como atestam muitos artigos e dados do mercado, o diferencial que realmente interessa e destaca um profissional dos outros é a complementação a nível de pós-graduação. Assim sendo, não se observa nenhum efeito sobre os rendimentos dos economistas que possuem uma ou mais graduações.

## 6.2 OS DETERMINANTES DA OCUPAÇÃO DO ECONOMISTA

Para o caso dos elementos determinantes da ocupação, a estimativa identificará a probabilidade de um economista vir a atuar na sua área, tomando como ponto de partida todas as variáveis constantes na pesquisa de campo.

Para a determinação da ocupação do economista, o modelo utilizado foi o logit. Nesse modelo, a variável dependente (ou seja, a ocupação) é uma variável discreta, binária, que assume o valor igual a 1, para o caso do entrevistado atuar na área de atuação do economista e 0 para o caso deste não atuar nessa área.

A escolha do modelo se justifica na capacidade que este tem em explicar os diversos impactos verificados pelas diferentes variáveis independentes na probabilidade de um economista estar ocupado, seja na sua área ou não.

O modelo logit pode ser especificado da seguinte forma:

$$\text{Prob (OCUP = 1 | x)} = \pi(x) = \frac{e^{\beta'x}}{1+e^{\beta'x}} \quad (2)$$

$$\text{Prob (OCUP = 0 | x)} = [1 - \text{Prob (OCUP= 1 | x)}] \quad (3)$$

onde  $x$  é uma matriz de características dos economistas, consideradas importantes para definir a sua situação ocupacional de profissional atuando na área, e  $\beta'$  é o vetor de coeficientes estimados pela regressão ( $Y = \beta_0 + \beta_1 x_1 + \beta_2 x_2 + \dots + \beta_K x_K$ ). Cada  $\beta$  representa a inclinação ou razão de mudança da variável dependente por uma unidade de mudança da variável independente.

O modelo logístico foi escolhido, tendo em vista que este pode ser usado para descrever a associação entre uma variável dicotômica, que assume valores 0 e 1, e um conjunto de variáveis independentes. Por não possuir esta característica, o modelo linear foi rejeitado.

O modelo logístico pode ser utilizado para modelar probabilidade dos economistas que atuam na área através da transformação do logit. A probabilidade condicional  $P(\text{OCUP} = 1$

$P(y=1|x) = \pi(x)$  representa a chance de um economista estar atuando na sua área, dado uma certa característica  $x$ , a qual é modelada pela função logística da seguinte forma:

$$\pi(x) = \frac{1}{1 + e^{-(\beta'x)}} \text{ e notamos que } f(x) = \pi(x) \text{ com } y = \beta'x \quad (4)$$

Aplicando a transformação logit, temos:

$$G(x) - \text{Logit } \pi(x) = \ln\left[\frac{\pi(x)}{1 - \pi(x)}\right] = \ln \frac{P(y=1/x)}{P(Y=0/x)} = \beta'x \quad (.5)$$

A transformação logit é feita com a intenção de chegar a uma relação linear entre a variável dependente e as variáveis independentes  $[\pi(x)/(1-\pi(x))]$  que não é mais discreta e  $\ln[\pi(x)/(1 - \pi(x))]$  lineariza a expressão anterior.

A função de distribuição cumulativa logística (2.) varia entre 0 e 1 e é similar à normal nos valores próximos à média da distribuição, mas difere na estimação das probabilidades nas caudas da distribuição, tendendo a dar uma maior probabilidade de ocorrência do que a normal, quando  $\beta'x$  é muito pequeno e vice versa. Isto é, a distribuição logística é mais cheia nas caudas do que a normal. Isso ocorre porque no modelo logístico, se  $\beta'x = 0$ , ou seja, se todos as variáveis independentes são nulas ou seus coeficientes são zero, a Prob (OCUP = 1) = 0,5.

A média esperada é:

$$E(\text{OCUP}=1 | x) = \frac{1}{1 + e^{-\Lambda(\beta'x)}} = \Lambda(\beta'x) \quad (6)$$

Nesta estimação,  $\beta$  não representa as contribuições marginais de cada variável para o resultado da variável dependente, uma vez que nos modelos não lineares, as inclinações são dadas por:

$$\frac{\partial E(\text{OCUP}=1 | x)}{\partial x} = f(\beta'x) * \beta \quad (7)$$

A contribuição marginal de cada variável independente para explicar o fenômeno, no caso do modelo logístico, é dada pela derivada:

$$\begin{aligned} \frac{\partial E(\text{OCUP}=1 | x)}{\partial x} &= \Lambda(\beta'x) * [1 - \Lambda(\beta'x)] = \\ & [(e^{\beta'x}/1 + e^{\beta'x}) * \{1 - [e^{\beta'x}/1 + e^{\beta'x}]\} * \beta] = \\ & [(e^{\beta'x}/1 + e^{\beta'x}) - \{[e^{\beta'x}/1 + e^{\beta'x}]\} ** 2 * \beta] = \\ & [(e^{\beta'x}/1 + e^{\beta'x})] ** 2 * \beta = \end{aligned} \tag{8}$$

Esta derivada pode ser calculada para os valores médios de  $x$  ou para cada valor de  $x$  da amostra e depois estimada com média destes valores. Para as variáveis  $x$  contínuas, as suas contribuições marginais para a probabilidade de ocorrência do evento têm significado mais claro do que para o caso das variáveis dicotômicas.

### 6.2.1 Ajuste do modelo

O teste da razão de verossimilhança será utilizado para avaliar a significância global do modelo, ou seja será verificado se os valores preditos no modelo correspondem aos valores observados.

A Razão de Verossimilhança (RV) será calculada da seguinte forma:

$$RV = -2(\ln R - \ln NR)$$

Onde  $R$  é o valor da função de verossimilhança na hipótese de que o vetor de coeficientes seja igual a zero, ou seja,  $\beta = 0$  ( $\beta_2 = 0, \dots, \beta_k = 0$ ); e  $NR$  é o valor na hipótese de que todas as variáveis consideradas sem restrição, isto é,  $\beta \neq 0$ .

### 6.2.2 Avaliação dos coeficientes estimados

Para avaliar a significância das variáveis independentes individualmente a estatística de WALD é a mais usada. O teste de Wald é obtido dividindo-se o coeficiente estimado pelo erro padrão do coeficiente estimado, cujo resultado é elevado ao quadrado

Se a estatística de Wald for maior que o valor crítico observado na tabela, então rejeita-se a hipótese nula de que o coeficiente  $\beta = 0$  e aceita-se a hipótese alternativa de que  $\beta \neq 0$ .

### 6.2.3 Descrição das Variáveis

As variáveis utilizadas na regressão foram às mesmas apresentadas na parte descritiva deste trabalho. Algumas variáveis não apresentaram significância econométrica, de forma que foram descartadas da análise.

A variável dependente, a qual é binária, assume o valor 1 quando o economista atua na área e o valor 0 quando este não atua na área, ou seja:

OCUP = 1, economista atua na área

OCUP= 0, economista não atua na área

Os resultados da estimação logística da probabilidade do economista participar na força de trabalho exercendo alguma atividade na sua área encontram-se dispostos na Tabela 27. Vale ressaltar que a proporção de predições corretas do modelo é de 71,34%, a qual é uma média ponderada das proporções de acertos das probabilidades de respostas  $\Pr(\text{OCUP} = 1)$  de 77,78 % e  $\Pr(\text{OCUP} = 0)$  de 60,34%, o que representa uma boa aderência desse modelo.

Através da inspeção da Tabela 28, pode-se observar que as variáveis que influenciam a probabilidade de o economista atuar na sua área são: a conclusão de algum curso pós-graduação, o número de horas semanais dedicadas ao trabalho e a idade do profissional.

Os resultados contidos na Tabela 28 revelam que a pós-graduação é a principal variável que afeta a probabilidade do economista trabalhar na sua área. De fato, ao apresentar a maior correlação (2,7265) e a maior estatística Wald (26,9692), o investimento em pós-graduação foi estatisticamente significativa e positivamente correlacionada com tal probabilidade. Isso significa que as chances do economista trabalhar na sua área é tanto maior quanto maior for a decisão deste profissional investir em pós-graduação.

TABELA 28 - Os determinantes de um economista exercer sua ocupação atual na área de economia

Variáveis Independentes	Parâmetro	Se	Wald	Sig
Pós-graduação	2,9170	0,5597	27,1598	0,0000
Horas semanais	0,0631	0,0274	5,3261	0,0210
Experiência	- 0,0650	0,0257	6,3750	0,0116
Constante	-2,3087	1,0828	4,5458	0,0330
N = 160    pr(ocup = 1) = 77,78%    pr(ocup = 0) = 60,34%				
prmédia = 71,34%    -2lnrn = 160,996    -2ln r = 206,81    rv = 45,82				

FONTE: Cálculos realizados a partir da pesquisa direta.

Outra variável importante para explicar a probabilidade do economista trabalhar na sua área é o número de horas semanais dedicadas ao trabalho, a qual se mostrou positiva e estatisticamente correlacionada a 2%, segundo a estatística Wald. Isso evidencia que quanto mais intensa é a dedicação do profissional (em termos de horas de trabalho), maiores são as chances do economista vir a trabalhar diretamente na sua área.

A Tabela 28 mostra também que a experiência do economista é negativa e estatisticamente correlacionada (a 1%) com a probabilidade desse profissional trabalhar na sua área. Isso significa que quanto mais jovem for o profissional (menor a sua experiência) maiores serão as chances deste atuar na área de economia. Uma boa explicação para isso poderia estar na tendência atual das empresas em aproveitar profissionais recém-formados para treiná-los e educá-los segundo os objetivos da empresa e assim eliminar possíveis vícios de trabalho adquiridos em outras empresas. Outra explicação estaria no fato desses profissionais mais jovens terem mais receptividade em salários mais baixos e uma grande vontade em demonstrar competências e habilidades.

Nesse sentido, o mercado de trabalho, através das empresas que demandam economistas, revela que o perfil do profissional ideal para atuar na área seria aquele com menor experiência (mais jovem), mais rico em conhecimento (com pós-graduação) e acima de tudo, disposto a dedicar uma quantidade maior de horas semanais de trabalho.

Apesar da possibilidade de um grande número de variáveis afetar essa probabilidade, a grande maioria não se mostrou estatisticamente significativa. Estes resultados serviram

para desmistificar uma série de idéias pré-concebidas a respeito da realidade do mercado de trabalho do economista. Por exemplo, o fato do economista ter concluído o segundo grau numa escola particular em nada influencia na probabilidade do economista vir a atuar na sua área. Assim como o fato deste dominar uma ou mais línguas em nada alterou essa probabilidade.

## 7 CONCLUSÕES

Este estudo analisou o fim da Política Desenvolvimentista suas conseqüências perante o mercado de trabalho dos economistas e atividades e campos de atuação correlacionados. Este trabalho procurou ainda enumerar e analisar as diversas instituições de ensino superior a ofertar o curso de graduação em economia na Bahia.

Para os economistas o fim da Política Desenvolvimentista trouxe mais perdas do que ganhos. Essas perdas se apresentaram principalmente com relação ao seu mercado de trabalho, onde muitos economistas ficaram sem emprego. Os fatores motivadores dessas perdas se relacionaram diretamente e indiretamente com as políticas implantadas no Estado Brasileiro a partir dos anos 90 e com os novos padrões de competitividade e empregabilidade exigidos nas empresas pós- abertura econômica.

O ponto central em parte resulta da própria formação que é dada ao economista, uma vez que para o mercado a princípio não se dá preferência por profissões especificadamente e sim por qualificativos que de fato interessem. Assim a reflexão dos fatos expostos sugere uma contínua avaliação das grades curriculares dos cursos normais de economia de forma a se melhor compreender o papel do economista e suas possibilidades dentro do saber econômico. Com isso o profissional não seria transformado em um instrumentalista pura e simplesmente e o mercado por sua vez não abandonaria.

Nas atividades e campos de atuação o amplo espectro de conhecimentos destes profissionais e sua aplicabilidade dentro da Nova Economia foram evidenciados a partir do “universo” público e privado.

Sobre estes dois “universos” o caminho proposto para os economistas adquirirem melhores amparos de crescimento profissional e de rendimentos evidenciam o setor privado. Evidentemente aí, as exigências aumentam mas as possibilidades de conhecimentos seguem junto.

Muitas constatações foram feitas sobre o curso de economia. A primeira delas constata as grandes oscilações (em queda) na procura pelo curso e as crescentes evasões que vêm se

processando nas diversas instituições de ensino superior. A segunda remete ao crescimento em número de instituições particulares a ministrar a graduação em economia, ressaltado porém concomitante a boa qualidade apresentada pelos mesmos. A maior constatação porém, ficou na superioridade da Ufba em relação às demais instituições de ensino superior, resultado esse comprovado por base em pesquisas realizadas pelo próprio Ministério da Educação.

Como foi evidenciado no capítulo 4, a Ufba é reconhecidamente a melhor instituição de ensino superior em economia na Bahia. Essa superioridade recai inclusive em termos de qualificação dos economistas formados, mas o fato é que o mercado não reconhece isso, gerando indícios que apontam fundamentalmente para o problema da formação que é dada ao economista. Essa inclusive não cria diferencial para o mercado em termos de economistas (Ufba) e economistas (Não Ufba) e de economistas (Ufba) e outros profissionais concorrentes.

Em termos de diferenças de perfis com relação entre a pesquisa de campo aplicada e o retrato da pesquisa do COFECON estabeleceram-se os seguintes pontos de afastamento:

O economista baiano diferentemente do economista brasileiro é mais jovem, apresentando uma idade média de 35,9 anos inferior aos 42,4 anos de idade dos economistas brasileiros; são na sua grande maioria solteiros (49,4%) em confronto com o que se observa a nível de Brasil, ou seja (73%) dos economistas são casados; apresentam um domínio menor em relação as línguas estrangeiras com destaques sobre o inglês – (31,9%) dos baianos contra (51,8%) dos brasileiros, o espanhol – (10%) dos baianos contra (32,2%) dos brasileiros e o francês – (0,6%) dos baianos contra (12,8%) dos brasileiros; recebe a menos em termos de remuneração por volta de R\$ 2.009,34 (O rendimento médio do economista brasileiro é igual a R\$ 3.756,60 e do economista baiano é igual a R\$ 1.747,26).

Com relação aos dados pertinentes a pesquisa de campo realizada, os resultados obtidos sobre os determinantes dos rendimentos dos economistas e dos fatores probabilísticos da ocupação (fato do economista atuar ou não na área) são os seguintes:

A análise econométrica permitiu concluir que a variável mais importante na determinação do rendimento do economista foi o investimento em pós-graduação. Isso evidencia que o mercado tem reconhecido, através de maiores salários, os profissionais com uma melhor qualificação profissional. Além de ampliar a empregabilidade do economista, a pós-graduação também foi importante para aumentar a probabilidade do economista atuar na sua área.

A avaliação econométrica também permitiu confirmar que a experiência é uma das variáveis mais importantes na formação dos rendimentos dos economistas, de forma que quanto mais experiente é o economista, maiores serão os rendimentos auferidos. Esse resultado está em conformidade com o que foi constatado na pesquisa desenvolvida pelo COFECON, conforme pode ser observado no capítulo 2, através dos dados da tabela 10 deste trabalho.

As distribuições de rendimentos dos economistas na RMS segundo os atributos sexo e cor mostram-se estatisticamente diferentes. O rendimento dos economistas do sexo masculino e de cor branca é estatisticamente superior àquele auferido por profissionais do sexo feminino e de cor não branca, indicando um possível padrão de desigualdade distributiva (discriminação) contra a mulher e os não brancos (negros, pardos e amarelos).

A análise econométrica da variável setor de atuação mostrou-se estatística e negativamente correlacionada com os rendimentos, indicando que os rendimentos daqueles profissionais que atuam no setor primário ou secundário são maiores do que aqueles que atuam no setor terciário

Assim segundo o modelo linear, os economistas melhor remunerados são os homens, brancos, experientes na área que atuam, investidos de algum tipo de pós-graduação e provenientes dos setores primários ou secundários.

A despeito da ocupação os resultados da estimação logística da probabilidade de um economista vir a atuar na área são os seguintes: o investimento em algum tipo de pós-graduação; a dedicação intensa sobre uma quantidade de horas semanais e a pouca experiência e/ou jovialidade do economista formado.

Sobre estes resultados deduz-se que para atuar na sua respectiva área o economista em questão deve possuir atributos ou qualidades como um interesse constante de se melhor qualificar, principalmente em se tratando daqueles que se revestem de pouca idade e sobretudo isso se reflete de uma intensa aplicação em horas semanais de trabalho que visem consequentemente melhores resultados perante a sua área de atuação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Expansão do Ensino Superior: o boom das faculdades privadas. **BAHIA Análise & Dados**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 61-65, jul. 1999.

ALCANTARA, Euripedes. Brasileiros Globais. **Veja**, p. 80-85, 11 dez. 1996

ALMEIDA, Paulo Henrique de. Iniciando o Debate – **A Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA e Seu Futuro – Parte I – Perfil do Economista, Métodos de Ensino, reforma do Currículo**, Salvador, 1996. ( material digitado)

ALMEIDA, Paulo Henrique de. Mudanças nos métodos de ensino diante das novas tecnologias. **BAHIA Análise & Dados**, Salvador, v.9, n. 1, p. 44-50, jul. 1999.

AMORIM, Maria Cristina Sanches. Reflexões e sugestões. In: I ENCONTRO DOS PROFESSORES, 1995, CORECON/SP. DEBATE – O presente e o futuro do ensino de economia. Rio de Janeiro: **Jornal do Economista**, n. 77, jun. 1995, p.6-7. Suplemento Especial.

ANGELO, Bom. Celeiro de oportunidades no mercado de previdência. **Jornal do Economista**. Rio de Janeiro, jul. 1999. Disponível na Internet: <http://www.coreconsp.org.br/prodserv/jornaldoeconomista/anterior/125/artigo03.htm>. Acesso em 15 dez. 1999.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA BAHIA. Salvador, 1999

ARAÚJO, Ivens de Brito. O mercado exige especialização. **Jornal do Economista**. Rio de Janeiro Maio 2000. Disponível na Internet: <Http://www.cofecon.org.br/corecon-am/jornal/opam2.html>. Acesso em: 7 nov. 2000.

AVENA, Armando. Globalização e suas repercussões. **Construir**. ano 1, n. 1, mar. 1997

AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli. Tempo de Novos Desafios para os Economistas, **Jornal do Economista**, Rio de Janeiro, Set. 1997.

AZEVEDO, Paulo Furquim. Defesa da Concorrência: Novo Perfil do Estado, novo papel para o economista. **Jornal do Economista**, Rio de Janeiro, jul. 1997. Suplemento Especial.

BRIDGES, William. **Mudanças nas Relações de Trabalho**. Tradução José Carlos Barbosa dos Santos; revisão técnica Vick Block. São Paulo: Makron Books, 1995.

CAMARGO, José Márcio. **Flexibilidade nos Mercados de Trabalho no Brasil**, Rio de Janeiro: FGV, 1996.

CARRERA-FERNANDEZ, José; MENEZES, Wilson F. **Papel da Previdência e do rendimento do trabalho na inserção do idoso no mercado de trabalho**: uma análise a partir de Salvador- Ba. Universidade e Sociedade, Brasília, v. 1, n. 1, fev. 2001.

CASTRO, Cláudio de Moura. Universitários dirigindo táxi? **Veja**, 9 dez. 1998. Disponível na Internet: [Http://www2.uol.com.br/veja/090998/sumario.html](http://www2.uol.com.br/veja/090998/sumario.html). Acesso em : 18 set. 2000.

CAVALCANTE, Adalberto Waldir Júnior. Empregabilidade e plano de desenvolvimento pessoal. **Jornal do Economista**, Rio de Janeiro Maio. 2000. Disponível na Internet: [Http://www.cofecon.org.br/corecon-am/jornal/opam1.htm](http://www.cofecon.org.br/corecon-am/jornal/opam1.htm). Acesso em : 7 nov. 2000

COFECON. Os economistas brasileiros – **Perfil, Mercado de trabalho & Opiniões**, Rio de Janeiro, set. 1997.

CORRÊA, Cynthia Figueredo Vasconcelos. Origens da profissão de Economista, **Jornal do Economista**, Rio de Janeiro, n. 36, jun. 1991.

FIORI, José Luís. Reforma ou sucata: O dilema estratégico do setor público brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 3, n. 11, p. 65-80, set. 1993.

FRÖHLICH, Egon Roque. Formação em nível de pós-graduação em economia nos Estados Unidos da América. **Análise Econômica**, Rio de Janeiro, Ano 12, mar/set. 1994, p. 93-107.

GOMES, Laurentino; TRAUMAN, Thomas. Procura-se gente para trabalhar, **Veja**, p. 80-86, 19 dez. 1996.

GONÇALVES, José Ernesto Lima. Os novos desafios da empresa do futuro. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 10-19, jul/set. 1997.

GOTTSCHALL, Carlota. Um perfil dos ocupados na RMS. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador, n.º 40, Set. 1997.

JAMBEIRO, Othon. Perspectiva 2003: a UFBA, seu contexto e seus caminhos. **BAHIA Análise & Dados**, Salvador, v.9, n. 1, p. 28-33, jul. 1999.

LACERDA, Antônio Corrêa. A formação e o papel do economista. In: I ENCONTRO DOS PROFESSORES, 1995, CORECON/SP. DEBATE – O presente e o futuro do ensino de economia. Rio de Janeiro: **Jornal do Economista**, n. 77, jun. 1995, p.16. Suplemento Especial.

LAPLANE, Mariano Francisco. O ensino de economia no Brasil: desafios atuais, **Jornal do Economista**, jan. 1998, p. 11.

LEÃO, Lídice. O mercado de trabalho dos jovens economistas. **Jornal do Economista**, Rio de Janeiro, n. 38, ago. 1991.

LOPES, Fábio. Polivalente, poliglota e informatizado, **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p. d-1, 16 dez. 1996.

MACEDO, Roberto. Por que mudar. In: I ENCONTRO DOS PROFESSORES, 1995, CORECON/SP. DEBATE – O presente e o futuro do ensino de economia. Rio de Janeiro: **Jornal do Economista**, n. 77, jun. 1995, p.9. Suplemento Especial.

MACHADO, Luiz Alberto. Sinal dos Tempos. **Economia Hoje**. Disponível na Internet: [Http:// http://www.geocities.com/fabiocur/economia/sinaldostempos.htm](http://www.geocities.com/fabiocur/economia/sinaldostempos.htm). Acesso em :

MENEZES, Wilson F. Perfil do desempregado na RMS. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador, n.º 39, Ago. 1997.

NASCIMENTO, Antenor; FERREIRA, Roger. O funil estreitou – As Habilidades tradicionais já não bastam para arranjar emprego na economia reformada, **Veja**, p. 116-122, 4 dez. 1996.

NUNES, Manuel. Cursos de economia precisam de reformulação, **Jornal do Economista**, Rio de Janeiro, n. 76, mai. 1995, p. 9.

PASTORE, Karina. Tirando dúvidas de última hora, **Veja**, p. 75, 20 ago. 1997.

PERO, Valéria. Resenha Bibliográfica. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v.26, n. 3, p.549-558, dez. 1996.

PETITINGA, Luiz Alberto Bastos – **Avaliação do diferencial de renda entre graduados e pós-graduados em população de economistas – o caso dos diplomados da UFBA**, Salvador, 1980. Dissertação (mestrado em economia) UFBA. (fotocópia).

PETITINGA, Luiz Alberto Bastos. **Perfil do Ensino Superior na Bahia e as novas exigências sócio-econômicas**, Salvador, out. 1996.

PINHO, José Antonio Gomes de. Reforma do aparelho do estado: Limites do gerencialismo frente ao patrimonialismo. **O&S**, v. 5, n. 12, mai/ago. 1998.

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. ICEG. **O que o economista faz?** Disponível na Internet: [Http://www.iceg.pucminas.br/economia/whateconomistsdo.html](http://www.iceg.pucminas.br/economia/whateconomistsdo.html). Acesso em : 23 set. 2000

PRADO, Luís Carlos Thadeu Delorme. Repensando o Curso e a Carreira de Economista. **Jornal do Economista**, Rio de Janeiro, p.8-9, Mar.1998.

RIBEIRO, Helton. Profissionais apontam setor privado como caminho no Dia do economista. **Jornal da Cidade**, São Paulo, 01 Jan. 1996. Disponível na Internet: <Http://www.jcnet.com.br/MATERIAS/H9094.htm>. Acesso em : 25 Jul. 1999.

RODRIGUES, Maria Cecília Prates. Da globalização a Parati. **Conjuntura Econômica**, São Paulo, p. 84-85, ago. 1999.

SALDANHA, Milton – As lições de um discípulo de Rangel e Bresser, **Jornal do economista**, Rio de Janeiro, Jul. 1997.

SALDANHA, Milton; TOGNONI, Rení. Como está o mercado de trabalho para os economistas, **Jornal do Economista**, Rio de Janeiro, n. 98, p. 13, mar. 1997,.

SANTANA, Marcelo. Escolaridade e Ocupação na RMS. **BAHIA Análise & Dados**, Salvador, v.8, n. 4, p. 44-50, mar. 1999.

TAVARES, Maria da Conceição. Ajuste estrutural e desemprego, **Jornal de Brasília**, Brasília, 11 fev. 1996.

WOOD, Thomas Jr. Luz no fim do túnel. **Carta Capital**, p.16-20, 01 mar. 2000.

ZANUZZI, Fernanda. Mercado em Chamas. **Revista Amanhã**, São Paulo, n.º 155, Jun. 2000. Disponível na Internet: <Http://www.terra.com.br>. Acesso em: 13 nov. 2000.

**ANEXO****Modelo de questionário aplicado**

UFBA  
Faculdade de Ciências Econômicas

**Estudo sobre a situação atual do economista no mercado de trabalho baiano.****Dados gerais do entrevistado**

1.) Idade \_\_\_\_\_

2.) Naturalidade \_\_\_\_\_  
(Município) (Estado)

3.) Estado civil

a) solteiro ( )    b) casado ( )    c) outros \_\_\_\_\_  
(especificar)

4.) Sexo

a) masculino ( )    b) feminino ( )

5.) cor

a) branco ( )    b) negro ( )    c) pardo ( )    d) amarelo ( )

6.) Faculdade ou Universidade de Conclusão do curso \_\_\_\_\_

Observações (se necessário):

---

---

---

7.) Ano de ingresso na Universidade \_\_\_\_\_

Ano de formatura \_\_\_\_\_

8.) Concluiu o 2º grau em \_\_\_\_\_  
(nome da escola)

Escola Pública ( ) Escola Privada ( )

9.) Outros cursos( a nível de pós-graduação)

Especialização( lato senso - em 360hs) ( ) Mestrado ( ) Doutorado( )

10.) Idiomas (fala, lê e escreve - todos inclusos)

Espanhol ( ) Francês( ) Inglês( ) Italiano( ) Outros( ) \_\_\_\_\_  
(especificar)

### **Dados específicos**

11.) Além de ser economista possui outra profissão ?

NÃO ( ) SIM ( ) \_\_\_\_\_  
(especificar)

12.) Ocupação(ou atividade) atual

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

13.) Empresa

Privada ( ) Pública ( ) Outras( ) \_\_\_\_\_  
(especificar)

14.) Setor de atuação

Primário ( ) Secundário ( ) Terciário ( )

15.) Experiência na ocupação atual (em anos) \_\_\_\_\_

16.) Horas de trabalho semanais \_\_\_\_\_ horas

17.) Renda Mensal em R\$ \_\_\_\_\_  
( Média dos últimos 3 meses)